

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	15
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	101
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	103
---	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.184.187
Preferenciais	7.232.196
Total	14.416.383
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	670.242	714.992
1.01	Ativo Circulante	23.019	32.159
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	949	10.083
1.01.03	Contas a Receber	10.266	10.008
1.01.03.01	Clientes	10.266	10.008
1.01.04	Estoques	466	468
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.469	2.428
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.469	2.428
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.869	9.172
1.01.08.03	Outros	9.869	9.172
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	673	0
1.01.08.03.02	Demais Créditos	9.196	9.172
1.02	Ativo Não Circulante	647.223	682.833
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.748	9.137
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.224	8.028
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.224	8.028
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	184	285
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	184	285
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	10.340	824
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	150	824
1.02.01.09.04	Empréstimos e Financiamentos	10.190	0
1.02.02	Investimentos	612.963	658.143
1.02.02.01	Participações Societárias	612.963	658.143
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	73.063	73.929
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	478.850	524.024
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	59.289	58.429
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.761	1.761
1.02.03	Imobilizado	15.454	15.491
1.02.04	Intangível	58	62
1.02.04.01	Intangíveis	58	62

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	670.242	714.992
2.01	Passivo Circulante	24.839	22.731
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	95	153
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	95	153
2.01.02	Fornecedores	4.993	2.213
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.993	2.213
2.01.03	Obrigações Fiscais	339	1.250
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	256	1.219
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	112	116
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	144	1.103
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	83	31
2.01.05	Outras Obrigações	19.412	19.115
2.01.05.02	Outros	19.412	19.115
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.692	18.692
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	720	423
2.02	Passivo Não Circulante	105.645	105.625
2.02.03	Tributos Diferidos	97.270	97.269
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.270	97.269
2.02.04	Provisões	8.375	8.356
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.375	8.356
2.03	Patrimônio Líquido	539.758	586.636
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-180.497	-186.204
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	154.230	206.815

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.637	8.123
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.357	-6.435
3.03	Resultado Bruto	2.280	1.688
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.855	-59.326
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.006	-204
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.604	-2.410
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-71	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.536	-56.712
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.135	-57.638
3.06	Resultado Financeiro	572	147
3.06.01	Receitas Financeiras	630	164
3.06.02	Despesas Financeiras	-58	-17
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.707	-57.491
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	331
3.08.01	Corrente	0	331
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.707	-57.160
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.707	-57.160
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,3959	-6,2245
3.99.01.02	PNA	0,3959	-6,2245
3.99.01.03	PNB	0,3959	-6,2245
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,3959	-6,2245
3.99.02.02	PNA	0,3959	-6,2245
3.99.02.03	PNB	0,3959	-6,2245

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	5.707	-57.160
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-52.585	-7.828
4.02.01	Equivalência Patrimonial s/ Obrigações Atuariais	-52.585	-7.828
4.03	Resultado Abrangente do Período	-46.878	-64.988

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.866	-4.991
6.01.01	Recebimento de Consumidores	4.370	7.684
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	119	97
6.01.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	6.173	0
6.01.04	Outros Recebimentos	123	77
6.01.08	Fornecedores - Materiais e Serviços	-3.431	-8.532
6.01.09	Salários, Encargos e Benefícios Sociais	-2.503	-3.785
6.01.11	Impostos e Contribuições	-632	-151
6.01.12	Outros Pagamentos	-353	-381
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.000	0
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-13.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.134	-4.991
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.083	7.177
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	949	2.186

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.707	-52.585	-46.878
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.707	0	5.707
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-52.585	-52.585
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-52.585	-52.585
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-180.497	154.230	539.758

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-57.004	-7.828	-64.832
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-57.160	0	-57.160
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	156	-7.828	-7.672
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	156	-7.828	-7.672
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-254.270	12.497	112.252

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	4.725	8.933
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.731	9.137
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.006	-204
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.656	-6.452
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.525	-6.500
7.02.04	Outros	-131	48
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.931	2.481
7.04	Retenções	-41	-56
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41	-56
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.972	2.425
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.166	-56.548
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.536	-56.712
7.06.02	Receitas Financeiras	587	164
7.06.03	Outros	43	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.194	-54.123
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.194	-54.123
7.08.01	Pessoal	2.736	2.656
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.712	2.638
7.08.01.02	Benefícios	15	5
7.08.01.03	F.G.T.S.	9	13
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	693	250
7.08.02.01	Federais	498	77
7.08.02.02	Estaduais	195	173
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	58	131
7.08.03.02	Aluguéis	0	114
7.08.03.03	Outras	58	17
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	58	17
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.707	-57.160
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.707	-57.160

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	3.262.416	3.344.728
1.01	Ativo Circulante	1.476.442	1.556.221
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	59.226	78.043
1.01.03	Contas a Receber	543.796	548.842
1.01.03.01	Clientes	543.796	548.842
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	543.796	548.842
1.01.04	Estoques	7.461	7.178
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.634	23.015
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.634	23.015
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	836.325	899.143
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	275.969	275.969
1.01.08.03	Outros	560.356	623.174
1.01.08.03.01	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	463.226	554.918
1.01.08.03.03	Demais Créditos	94.603	68.256
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.527	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.785.974	1.788.507
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	229.270	229.469
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.570	6.434
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.570	6.434
1.02.01.03	Contas a Receber	21.133	19.636
1.02.01.03.01	Clientes	21.133	19.636
1.02.01.06	Tributos Diferidos	20.916	22.011
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	20.916	22.011
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	179.651	181.388
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.523	3.095
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	27.651	27.651
1.02.01.09.06	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	130.321	127.710
1.02.01.09.09	Demais Créditos	20.156	22.932
1.02.02	Investimentos	354.645	353.750
1.02.02.01	Participações Societárias	354.500	353.605
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	293.450	293.415
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	61.050	60.190
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	145	145
1.02.03	Imobilizado	114.233	109.153
1.02.04	Intangível	1.087.826	1.096.135

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	3.262.416	3.344.728
2.01	Passivo Circulante	1.317.616	1.375.506
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	40.290	40.518
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	40.290	40.518
2.01.02	Fornecedores	316.831	322.035
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	316.831	322.035
2.01.03	Obrigações Fiscais	255.106	264.796
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.324	39.377
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.169	13.336
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	15.155	26.041
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	223.653	223.830
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.129	1.589
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	56.504	71.893
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	40.489	55.325
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	40.489	55.325
2.01.04.02	Debêntures	16.015	16.568
2.01.05	Outras Obrigações	642.178	667.096
2.01.05.02	Outros	642.178	667.096
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	30.930	30.871
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	121.179	118.605
2.01.05.02.06	Benefícios Pós Emprego	73.724	69.465
2.01.05.02.09	Contribuição de Iluminação Pública	162.551	135.107
2.01.05.02.10	Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	217.208	279.627
2.01.05.02.15	Outras Obrigações	36.586	33.421
2.01.06	Provisões	6.707	9.168
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.707	9.168
2.02	Passivo Não Circulante	1.175.603	1.148.401
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	335.542	336.190
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	222.971	223.619
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	222.971	223.619
2.02.01.02	Debêntures	112.571	112.571
2.02.02	Outras Obrigações	511.431	469.318
2.02.02.02	Outros	511.431	469.318
2.02.02.02.03	Benefícios Pós Emprego	60.791	21.626
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	191.186	182.269
2.02.02.02.05	Contribuição de Iluminação Pública	104.598	110.088
2.02.02.02.07	Fornecedores	24.003	25.960
2.02.02.02.09	Obrigações Vinculadas a Concessão	119.875	117.546
2.02.02.02.10	Outras Obrigações	10.978	11.829
2.02.03	Tributos Diferidos	261.964	273.494
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	261.964	273.494
2.02.04	Provisões	66.666	69.399
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	66.666	69.399
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	769.197	820.821
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-180.497	-186.204

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	154.230	206.815
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	229.439	234.185

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	549.025	587.469
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-460.148	-515.261
3.03	Resultado Bruto	88.877	72.208
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-65.868	-64.432
3.04.01	Despesas com Vendas	-38.670	-29.350
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.142	-37.702
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	23.791	15.351
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-21.493	-15.084
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.646	2.353
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.009	7.776
3.06	Resultado Financeiro	-13.808	-41.152
3.06.01	Receitas Financeiras	34.855	16.985
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.663	-58.137
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.201	-33.376
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.349	-23.271
3.08.01	Corrente	-14.104	-1.104
3.08.02	Diferido	10.755	-22.167
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.852	-56.647
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	5.852	-56.647
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.707	-57.160
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	145	513
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,3959	-6,2245
3.99.01.02	PNA	0,3959	-6,2245
3.99.01.03	PNB	0,3959	-6,2245
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,3959	-6,2245
3.99.02.02	PNA	0,3959	-6,2245
3.99.02.03	PNB	0,3959	-6,2245

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	5.852	-56.647
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-52.585	-7.828
4.02.01	Ganho/(Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido	-52.585	-7.828
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-46.733	-64.475
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-46.878	-64.988
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	145	513

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.640	10.629
6.01.01	Recebimento de Consumidores e de Venda de Energia	952.851	683.379
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	1.854	930
6.01.04	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Recebidos	43	0
6.01.05	Liberação de Garantia - CCEE	0	4.601
6.01.06	Outros Recebimentos	290	79
6.01.09	Fornecedores - Materiais e Serviços	-43.877	-47.440
6.01.10	Fornecedores - Energia Elétrica	-477.758	-367.364
6.01.11	Contribuição de Iluminação Pública	-32.215	-30.467
6.01.12	Salários, Encargos e Benefícios Sociais	-68.497	-69.317
6.01.13	Pagamento de Encargos da Dívida	-15.079	-9.089
6.01.14	Impostos e Contribuições	-250.237	-131.354
6.01.15	Encargos Setoriais	-42.899	-798
6.01.16	Ressarcimento de Custo de Energia - Recursos da CDE	0	-12.068
6.01.17	Outros Pagamentos	-8.836	-10.463
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.100	-3.998
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Imobilizados e Intangíveis	-12.100	-3.998
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-22.357	2.923
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0	20.000
6.03.02	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-17.525	-16.662
6.03.03	Custo de Transação	0	-415
6.03.04	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-4.832	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-18.817	9.554
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	78.043	66.006
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	59.226	75.560

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636	234.185	820.821
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636	234.185	820.821
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-4.891	-4.891
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-4.832	-4.832
5.04.08	Constituição de Provisão Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-59	-59
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.707	-52.585	-46.878	145	-46.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.707	0	5.707	145	5.852
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-52.585	-52.585	0	-52.585
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-52.585	-52.585	0	-52.585
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-180.497	154.230	539.758	229.439	769.197

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084	225.059	402.143
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084	225.059	402.143
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-57.004	-7.828	-64.832	513	-64.319
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-57.160	0	-57.160	513	-56.647
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	156	-7.828	-7.672	0	-7.672
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	156	-7.828	-7.672	0	-7.672
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-254.270	12.497	112.252	225.572	337.824

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	930.939	852.076
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	941.260	839.078
7.01.02	Outras Receitas	4.227	4.925
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	6.090	20.209
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-20.638	-12.136
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-468.575	-549.947
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-429.119	-481.187
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.772	-36.152
7.02.04	Outros	-11.684	-32.608
7.02.04.01	Provisões/Reversões	5.808	-695
7.02.04.02	Custo de Construção de Ativos Próprios	-6.090	-20.209
7.02.04.03	Outros	-11.402	-11.704
7.03	Valor Adicionado Bruto	462.364	302.129
7.04	Retenções	-11.700	-13.161
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.700	-13.161
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	450.664	288.968
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	41.334	19.338
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.646	2.353
7.06.02	Receitas Financeiras	35.587	16.985
7.06.03	Outros	101	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	491.998	308.306
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	491.998	308.306
7.08.01	Pessoal	52.256	45.165
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.077	27.236
7.08.01.02	Benefícios	17.527	14.093
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.652	3.836
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	369.520	251.105
7.08.02.01	Federais	191.961	129.405
7.08.02.02	Estaduais	177.559	121.700
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	64.370	68.683
7.08.03.02	Aluguéis	15.707	10.546
7.08.03.03	Outras	48.663	58.137
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	48.663	58.137
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.852	-56.647
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.707	-57.160
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	145	513

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 1º Trimestre de 2016

1

O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília – CEB e de suas controladas descritas nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2016.

O Brasil experimenta, atualmente, a continuidade da pior recessão econômica das últimas décadas. A desaceleração da economia, juros mais elevados, perda de grau de investimento e a moeda nacional em desvalorização, criaram um cenário de incertezas que sempre dificulta as decisões empresariais.

A economia brasileira teve que lidar com a piora na situação das famílias, que sofreu com a alta do desemprego, partindo de 6,5% em 2014 para 9% em 2015, além da queda de renda. Durante anos, o consumo das famílias contribuiu para o crescimento da economia, entretanto, no exercício de 2015, houve retração de 4%, contendo o último crescimento ocorrido em 2014 de 1,3%.

Ainda em 2015, registrou-se uma queda no consumo de energia. A crise econômica e os aumentos na conta de energia levaram o consumidor a mudar de hábitos, com consequente redução de 1,8% do mercado nacional, retração que continuou no 1º trimestre de 2016, uma vez que houve redução de 4,2%, quando se compara com o 1º trimestre de 2015.

No âmbito da área de concessão da CEB Distribuição S.A., comparando-se os exercícios de 2015 e 2014, ocorreu a diminuição no consumo em MWh de 1,3%. Esta redução poderia ter sido maior, caso a Empresa não tivesse alcançado um aumento de 3,2% no número de unidades consumidoras.

O comportamento observado em 2015 continuou nos primeiros meses de 2016, tendo em vista que foi apurada queda de consumo em MWh de 0,6%, ao comparar-se o 1T16 com o 1T15.

Por outro lado, em função desse contexto e das especificidades setoriais que incrementam as pressões sobre os caixas das empresas controladas por meio de componentes não gerenciáveis, a Companhia, quando possível, tem judicializado com eficácia questões que ameaçam seus negócios, particularmente as geradoras/comercializadoras (CEB Participações S.A.; CEB Geração S.A.; e CEB Lajeado S.A.), no que diz respeito aos riscos hidrológicos. Nesse sentido, novas ações judiciais foram providenciadas no mês de março de 2016, que se somaram àquelas ocorridas no exercício de 2015.

Dessa forma, o presente Comentário de Desempenho revela o estado empresarial dos negócios da CEB, com destaque nas ocorrências registradas no 1T2016.

DESEMPENHO OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE

Classe de Consumidores	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T16	4T15	1T15		
Residencial	892.869	885.228	864.657	0,9%	3,3%
Comercial	108.582	108.646	107.145	(0,1%)	1,3%
Rural	10.202	10.223	10.138	(0,2%)	0,6%
Poder Público	6.055	5.859	6.234	3,3%	(2,9%)
Industrial	1.669	1.687	1.729	(1,1%)	(3,5%)
Serviço Público	312	313	315	(0,3%)	(1,0%)
Iluminação Pública	19	19	19	0,0%	0,0%
(=) Consumidores Faturados	1.019.708	1.011.975	990.237	0,8%	3,0%
Consumo Próprio	49	49	49	0,0%	0,0%
(=) Total	1.019.757	1.012.024	990.286	0,8%	3,0%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
1º Trimestre de 2016

CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE

Classe de Consumidores	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	MWh				
	1T16	4T15	1T15		
Residencial	555.132	592.726	573.412	(6,3%)	(3,2%)
Comercial	509.462	555.665	514.621	(8,3%)	(1,0%)
Poder Público	153.036	181.459	152.553	(15,7%)	0,3%
Iluminação Pública	106.818	107.861	107.417	(1,0%)	(0,6%)
Serviço Público	85.928	87.799	68.557	(2,1%)	25,3%
Industrial	45.594	48.365	47.764	(5,7%)	(4,5%)
Rural	31.740	38.471	32.129	(17,5%)	(1,2%)
(=) Fornecimento Faturado	1.487.710	1.612.346	1.496.453	(7,7%)	(0,6%)
Consumo Próprio	315	352	426	(10,5%)	(26,1%)
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.488.025	1.612.698	1.496.879	(7,7%)	(0,6%)

No 1T16, o consumo em MWh apresentou uma redução de 0,6% em relação ao 1T15, apesar do crescimento no número de consumidores de 3,0% no mesmo período. Tal retração no consumo foi influenciada pela política de reajuste e de bandeiras tarifárias estabelecidas pelo Governo Federal. Do total de consumidores no final do 1T16, 87,6% pertencia à Classe Residencial, 10,6% à Classe Comercial e os demais consumidores representavam 1,8%.

QUALIDADE DE SERVIÇO (DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA – DEC E FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA – FEC)

Por determinação do Órgão Regulador, a CEB Distribuição S.A. formalizou por meio da Carta nº 144/2015-DD, de 13/04/2015, o compromisso de executar um Plano de Resultados com quatro dimensões: Indicadores de Continuidade – DEC e FEC; Reclamações e Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira. O mencionado plano encontra-se em execução desde o mês de abril de 2015 e, particularmente com relação aos indicadores DEC e FEC, estão sendo cumpridas integralmente as metas mensais, conforme pode ser constatado nos gráficos seguintes:



Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 1º Trimestre de 2016

3

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Refletindo o cenário de retração do setor, a Receita Operacional Bruta apresentou no 1T16 queda de 10,2% em relação ao 4T15, apesar do crescimento de 10,2% em relação ao 1T15. De fato, houve reduções nos consumos de todas as classes de consumidores no 1T16, em comparação com o 4T15.

R\$ Mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T16	4T15	1T15		
Fornecimento de Energia Elétrica	863.386	989.599	627.677	(12,8%)	37,6%
Energia de Curto Prazo	72.281	34.072	112.870	112,1%	(36,0%)
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros	(37.147)	(25.193)	56.141	47,4%	(166,2%)
Receita de Construção	6.090	17.089	20.209	(64,4%)	(69,9%)
Aporte de Recursos CDE	9.699	9.699	11.880	0,0%	(18,4%)
Receita de Prestação de Serviços	9.898	5.925	9.413	67,1%	5,2%
Suprimento de Energia	8.247	7.795	7.672	5,8%	7,5%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	6.127	9.644	5.399	(36,5%)	13,5%
Receita de Venda de Gás	1.387	1.183	1.047	17,2%	32,5%
Outras Receitas	7.382	7.265	6.986	1,6%	5,7%
Receita Operacional Bruta	947.360	1.055.042	859.294	(10,2%)	10,2%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(398.325)	(416.538)	(271.825)	(4,4%)	46,5%
Receita Operacional Líquida	549.025	638.504	587.469	(14,0%)	(6,5%)

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Fornecimento de Energia Elétrica em MWh no 1T16 registrou queda de 0,6% em relação ao 1T15 e de 7,7% em comparação com o 4T15. A redução da receita de 12,8% em relação ao 4T15 deve-se à aplicação da Bandeira Amarela nos meses de fevereiro e março de 2016. A análise anual, quando se compara o 1T16 com o 1T15, aponta que houve aumento de 37,6%. Tal comportamento se deve aos seguintes eventos: à Revisão Tarifária Extraordinária ocorrida em março de 2015; ao aumento dos valores das Bandeiras Tarifárias no 1T16 em relação aos praticados no 1T15; ao reajuste tarifário anual aplicado a partir de agosto de 2015, ainda em vigor; e ao aumento do número de consumidores.

Consumidores	Trimestres			R\$ Mil			Δ Trim.	Δ Ano
	MWh			1T16	4T15	1T15		
Residencial	555.132	592.726	573.412	340.103	368.823	243.756	(7,8%)	39,5%
Comercial	509.462	555.665	514.621	314.390	345.216	215.696	(8,9%)	45,8%
Poder Público	153.036	181.459	152.553	101.208	117.345	68.984	(13,8%)	46,7%
Iluminação Pública	106.818	107.861	107.417	37.665	39.243	29.630	(4,0%)	27,1%
Serviço Público	85.928	87.799	68.557	41.598	43.058	24.129	(3,4%)	72,4%
Industrial	45.594	48.365	47.764	31.327	35.551	21.212	(11,9%)	47,7%
Rural	31.740	38.471	32.129	14.611	17.507	9.556	(16,5%)	52,9%
Subtotal – Fornecimento Faturado	1.487.710	1.612.346	1.496.453	880.902	966.743	612.963	(8,9%)	43,7%
Consumo Próprio	315	352	426					
Fornecimento Não Faturado Líquido				(17.516)	7.417	14.714	(336,2%)	(219,0%)
Total – Fornecimento de Energia Elétrica	1.488.025	1.612.698	1.496.879	863.386	974.160	627.677	(11,4%)	37,6%

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 1º Trimestre de 2016

4

RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Receita de Prestação de Serviços constituiu-se, basicamente, dos faturamentos da expansão e manutenção de iluminação pública. No 1T16 apurou-se R\$ 9.898, apresentando um aumento de R\$ 445 (5,2%), quando comparado com o 1T15 (R\$ 9.413).

SUPRIMENTO DE ENERGIA

A Receita de Suprimento de Energia no 1T16 foi de R\$ 8,2 milhões, demonstrando estabilidade em relação ao 4T15 (R\$ 7,8 milhões). Quando comparado com o 1T15, houve um aumento de R\$ 0,6 milhão (7,5%).

ENERGIA DE CURTO PRAZO

A Receita de Energia de Curto Prazo no 1T16 atingiu R\$ 72,3 milhões, (112,1%), superior à receita reconhecida no 4T15. A variação positiva na comparação trimestral é justificada pela expressiva redução do consumo no 1T16 com o consequente aumento das sobras na mesma proporção, embora o Preço de Liquidação de Diferenças – PLD neste trimestre tenha sido inferior ao praticado no 4T15. Em relação ao 1T15, houve redução de R\$ 40,6 milhões (-36,0%). A variação negativa na comparação anual se deve ao fato do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD para venda das sobras de energia no Mercado de Curto Prazo no 1T15 ter sido muito superior àquele praticado no 1T16.

OUTRAS RECEITAS

A variação entre os trimestres apresentou-se estável, sendo que a rubrica de Arrendamento e Aluguéis é a que apresentou maior volume de receita neste grupo.

R\$ Mil	1T16	4T15	1T15	Δ Trim.	Δ Ano
Arrendamentos e Aluguéis	6.863	6.230	6.553	10,2%	4,7%
Serviço Taxado	519	609	429	(14,8%)	21,0%
Outras		426	4	(100,0%)	(100,0%)
Total	7.382	7.265	6.986	1,6%	5,7%

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As Deduções da Receita Operacional Bruta no 1T16 apresentaram um decréscimo de R\$ 18,2 milhões (-4,4%) na comparação com o 4T15, e aumento de R\$ 126,5 milhões (46,5%) em relação ao 1T15. Este aumento foi influenciado pelo acréscimo na Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e pelo reconhecimento do valor de R\$ 106,3 milhões relativos à CDE no agregado Encargos do Consumidor.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida no 1T16 apresentou uma redução de R\$ 89,5 milhões (-14,0%) na comparação com o 4T15, atingindo um total de R\$ 549,0 milhões (R\$ 638,5 milhões no 4T15). A queda é justificada, basicamente, pela diminuição do consumo de energia elétrica com correspondente redução de R\$126,2 milhões da Receita Bruta.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 534,0 milhões no 1T16, um decréscimo de R\$ 9,0 milhões (-1,7%), em relação ao 4T15. Igualmente, com relação ao 1T15, houve uma redução de R\$ 48,4 milhões (-8,3%), justificado, principalmente, pelo Custo da Energia Comprada Para Revenda, em que variou (-5,2%) e (-11,7%) em relação ao 4T2015 e 1T2015, respectivamente.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
1º Trimestre de 2016

5

R\$ Mil	Trimestres				
	1T16	4T15	1T15	Δ Trim.	Δ Ano
Custo da Energia Comprada					
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(267.606)	(282.171)	(303.040)	(5,2%)	(11,7%)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	(89.403)	(70.716)	(97.073)	26,4%	(7,9%)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(31.715)	(36.994)	(32.766)	(14,3%)	(3,2%)
Repactuação do Risco Hidrológico	(304)	21.116		(101,4%)	
Subtotal	(389.028)	(368.765)	(432.879)	5,5%	(10,1%)
Demais Custos e Despesas Operacionais					
Pessoal e Administradores	(59.345)	(51.407)	(48.209)	15,4%	23,1%
Serviço de Terceiros	(27.046)	(42.291)	(34.747)	(36,0%)	(22,2%)
Custo de Construção – Concessão	(6.090)	(17.089)	(20.209)	(64,4%)	(69,9%)
Depreciação/Amortização	(11.701)	(15.374)	(13.161)	(23,9%)	(11,1%)
Provisão Estimada de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(20.638)	(31.034)	(12.136)	(33,5%)	70,1%
Arrendamento	(13.648)	(10.462)	(10.463)	30,5%	30,4%
Entidade de Previdência Privada			(1.992)		(100,0%)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos		(1.127)	(1.599)	(100,0%)	(100,0%)
Material	(185)	(3.244)	(1.044)	(94,3%)	(82,3%)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica		(638)	(789)	(100,0%)	(100,0%)
Gás Comprado Para Revenda	(919)	(771)	(757)	19,2%	21,4%
Outras Despesas	(6.278)	(755)	(4.328)	731,5%	45,1%
Subtotal	(144.850)	(174.192)	(149.434)	(16,8%)	(3,1%)
Total	(533.960)	(542.957)	(582.313)	(1,7%)	(8,3%)

As principais ocorrências no período nos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

- ✓ **Custo da Energia Elétrica Comprada para Revenda:** O Custo da Energia Comprada Para Revenda no 1T16 totalizou R\$ 389,0 milhões, um acréscimo de R\$ 20,3 milhões (5,5%) na comparação com o 4T15. Em comparação ao 1T15 houve decréscimo de R\$ 43,8 milhões (-10,1%). Em síntese, os custos de energia elétrica permaneceram estáveis nos períodos comparados.
- ✓ **Pessoal e Administradores:** no 1T16 houve um acréscimo de R\$ 7,9 milhão (15,4%), que foi motivada, principalmente, pelos seguintes eventos: reajuste salarial em decorrência do acordo coletivo da categoria; e admissão de novos empregados em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público.
- ✓ **Serviços de Terceiros:** registrou-se uma redução de 36,0% em relação ao 4T15 e de 22,2% na comparação com o 1T15. Estas reduções refletem as medidas adotadas pela Administração para a diminuição dos custos e despesas operacionais.
- ✓ **Custo de Construção – Concessão:** apresentou uma redução em relação ao 4T15 de 64,4%. Em comparação com o 1T15, a diminuição foi de 69,9%, que reflete o volume de investimentos da controlada CEB Distribuição S.A. que não impacta o resultado, devido à Receita de Construção ser reconhecida no mesmo valor do Custo de Construção.
- ✓ **Provisão Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa/Perdas:** no 1T16 a Estimativa de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa apresentou uma queda de R\$ 10,4 milhões (33,5%) em relação ao 4T15. Na comparação com o 1T15, a provisão apresentou um aumento de R\$ 8,5 milhões (70,1%), refletindo o aumento na estimativa de perdas com o Governo do Distrito Federal
- ✓ **Arrendamento:** apresentou um aumento de R\$ 3,2 milhões (30,5%) superior na comparação com o 4T15, devido à revisão anual do contrato firmado entre a Investco S.A. e a Controlada CEB Lajeado S.A, que foi atualizado pelo INPC.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 1º Trimestre de 2016

6

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

R\$ Mil	Trimestres				
	1T16	4T15	1T15	Δ Trim.	Δ Ano
Outras Receitas Operacionais					
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego	8.705	103.478	8.104	(91,59%)	7,42%
Atualização a Valor Justo - Ativo Financeiro Indenizável - Concessão		53.882		(100,00%)	
Rever. de Prov. para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	10.860	3.103	1.342	249,98%	709,24%
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	3.989	3.073	4.973	29,81%	(19,79%)
Resultado na Baixa de Bens		(10.248)	(48)	(100,00%)	(100,00%)
Outras Receitas	237	1.656	980	(85,69%)	(75,82%)
Total	23.791	154.944	15.351	-84,65%	54,98%
Outras Despesas Operacionais					
Provisão de Benefícios Pós-Emprego	(8.441)	(10.610)	(8.859)	(20,44%)	(4,72%)
Multas ANEEL		(223)	(252)	(100,00%)	(100,00%)
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(5.378)	(3.592)	(2.160)	49,72%	148,98%
Provisão de Participação nos Lucros e Resultados		(12.113)	0	(100,00%)	
Compensação de descontinuidade de energia	(7.711)	(1.505)	(3.710)	412,36%	107,84%
Tributos		(765)		(100,00%)	
Provisão para Perdas - Depósitos Judiciais		(495)	0	(100,00%)	
Outras Despesas	37	(4)	(103)	(1025,00%)	(135,92%)
Total	(21.493)	(29.307)	(15.084)	-26,66%	42,49%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	2.298	125.637	267	-98,17%	760,67%

No 1T16 as Outras Receitas Operacionais Líquidas totalizaram R\$ 2,3 milhões. Na comparação com o 4T15, houve um decréscimo de R\$ 123,3 milhões, influenciada, principalmente, pelo registro no 4T15 da reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego e da atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável. Com relação ao 1T15 não houve efeitos relevantes.

RESULTADO FINANCEIRO

No 1T16, o Resultado Financeiro foi negativo, no montante de R\$ 13,8 milhões (R\$ 17,9 milhões no 4T15). Na comparação com o 1T15, o resultado melhorou ao evoluir de R\$ 41,1 milhões negativos para R\$ 13,8 milhões negativos.

R\$ Mil	Trimestres				
	1T16	4T15	1T15	Δ Trim.	Δ Ano
Receitas Financeiras					
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	14.152	31.394	8.810	(54,9%)	60,6%
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	4.266	7.227	3.740	(41,0%)	14,1%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	6.211	3.404	2.922	82,5%	112,6%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.184	1.792	1.015	21,9%	115,2%
Multas e Penalidades Aplicadas	141	316	189	(55,4%)	(25,4%)
Juros Sobre Capital Próprio		7.119		(100,0%)	
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio		(7.119)		(100,0%)	
Outras Receitas Financeiras	612	809	309	(24,4%)	98,1%
Tributos Sobre Receita Financeira	(792)				
Total	26.774	44.942	16.985	(40,4%)	57,6%
Despesas Financeiras					
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(20.891)	(23.614)	(22.754)	(11,5%)	(8,2%)
Encargos de Dívidas	(15.142)	(23.729)	(10.367)	(36,2%)	46,1%
Atualização de Benefício Pós-Emprego			(698)		(100,0%)
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios	(7.748)	(25.568)	(589)	(69,7%)	1215,4%
Juros Sobre Capital Próprio		(6.171)		(100,0%)	
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio		6.171		(100,0%)	
Outras Despesas Financeiras	(4.882)	(521)	(1.972)	837,0%	147,6%
Total	(48.663)	(62.838)	(58.137)	(22,6%)	(16,3%)
Varição Cambial Sobre Fatura de Energia Elétrica	8.081	10.594	(21.757)	(23,7%)	(137,1%)

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 1º Trimestre de 2016

7

Resultado Financeiro	(13.808)	(17.896)	(41.152)	(22,8%)	(66,4%)
-----------------------------	-----------------	-----------------	-----------------	----------------	----------------

A Variação Cambial Sobre Fatura de Energia Elétrica (suprimento de Itaipu Binacional) representa o principal componente que justifica o comportamento do Resultado Financeiro registrado nas comparações trimestral e anual. Especificamente na comparação do 1T16 com o 1T15, nota-se uma diferença de R\$ 29,9 milhões (R\$ 21,8 milhões negativos no 1T15 e R\$ 8,1 milhões positivos no 1T16).

EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado (conforme Instrução CVM N° 527 de 4 de outubro de 2012), excluindo o Resultado da Venda de Bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e capacidade de cobrir sua necessidade de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado), não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 1T16, o EBITDA Ajustado foi positivo no montante de R\$ 34,7 milhões (R\$ 133,1 milhões no 4T15), registrando-se uma redução de 73,9% na comparação com o 4T15. A Margem EBITDA Ajustada no 1T16 foi de 6,32%, enquanto no 4T15 foi de 20,8%, e 3,57% no 1T15. A redução em relação ao 4T15 deveu-se, principalmente, à diminuição da Receita Bruta no 1T16 decorrente da queda do consumo de energia. Outro fator que merece destaque está relacionado na variação dos Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros, que atingiu no 1T2016 o montante de R\$ 37,1 milhões negativo, uma redução de (-47,4%) e (-166,2%), quando comparado ao 4T2015 e 1T2015, respectivamente.

R\$ Mil	Trimestres				
	1T16	4T15	1T15	Δ Trim.	Δ Ano
Lucro/(Prejuízo) Consolidado do Período	5.852	236.289	(56.647)	(97,5%)	(110,3%)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	3.350	(39.685)	23.271	(108,4%)	(85,6%)
(+) Resultado Financeiro	13.808	17.896	41.152	(22,8%)	(66,4%)
(+) Depreciação/Amortização	11.700	15.374	13.161	(23,9%)	(11,1%)
EBITDA	34.710	229.874	20.937	(84,9%)	65,8%
Ajustes:					
(-) (Ganho)/Perda na Venda de Bens		10.248	48	(100,0%)	(100,0%)
(-) Reversão Provisão Plano Assistencial – Pós-Emprego		(90.712)		(100,0%)	
(-) Atualização do Ativo Indenizável – Diferença de Indexadores		(16.346)		(100,0%)	
EBITDA Ajustado	34.710	133.064	20.985	(73,9%)	65,4%
Margem EBITDA %	6,32	36,0	3,56	(82,4%)	77,5%
Margem EBITDA Ajustado %	6,32	20,8	3,57	(69,6%)	77,0%

LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO

O Lucro Consolidado no 1T16 foi de R\$ 5,9 milhões, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi de R\$ 5,7 milhões (R\$ 219,5 milhões no 4T15), representando uma redução de 97,5%. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um lucro de R\$ 0,2 milhão.

R\$ Mil	Trimestres				
	1T16	4T15	1T15	Δ Trim.	Δ Ano
Lucro/(Prejuízo) Consolidado do Período	5.852	236.289	(56.647)	(97,5%)	(110,3%)

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 1º Trimestre de 2016

8

Margem Líquida	1,07%	37,0%	(9,64%)	(97,1%)	(111,1%)
Atribuível aos Acionistas Controladores	5.707	219.526	(57.160)	(97,4%)	(110,0%)
Lucro/(Prejuízo) Atribuível aos Acionistas Controladores por Ação (R\$)	0,3959	20,9033	(6,2245)	(98,1%)	(106,4%)

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta Consolidada apresentou um decréscimo de R\$ 15,5 milhões, (-3,8%) em relação a dezembro de 2015. Em comparação com março de 2015, porém, houve aumento de R\$ 66,9 milhões (20,5%). A Dívida Líquida em março de 2016, em quantidade de EBITDA, correspondeu a 9,6 (1,1 em dezembro de 2015 e 2,5 em março de 2015).

R\$ Mil	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015	Δ Trim.	Δ Ano
Curto Prazo	56.504	71.893	84.867	(21,4%)	(33,4%)
Longo Prazo	335.541	336.190	240.860	(0,2%)	39,3%
Dívida Total	392.594	408.083	325.727	(3,8%)	20,5%
(-) Caixa Disponível	59.226	78.043	75.560	(24,1%)	(21,6%)
= Dívida Líquida	333.368	330.040	250.167	1,0%	33,3%
Dívida Líquida/EBITDA	9,6	1,1	2,5		

Observação: EBITDA anualizado: Representa o EBITDA do mês corrente somado ao EBITDA mensal dos onze meses anteriores.

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA

R\$ Mil	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moeda Nacional	55.363	107.904	87.746	76.554	65.027	392.594

Há um acréscimo do valor da amortização previsto para o exercício de 2017 (R\$ 52.541), quando comparado com o montante de 2016. Tal comportamento é justificado pelo pleno pagamento do principal no exercício de 2017 do financiamento da Caixa Econômica/BNDES e das Debêntures, operações realizadas na CEB Distribuição S.A.. Nos anos seguintes as amortizações são decrescentes.

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

R\$ Mil	31/03/2016		
	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
Saldos Iniciais em 31 de Dezembro de 2015	278.944	129.139	408.083
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures			
Encargos Incorridos no Período	8.088	6.279	14.367
Custo de Transação	24		24
Encargos Financeiros Pagos	(9.017)	(6.283)	(15.300)
Amortizações de Principal	(14.577)		(14.577)
Fundo de Reversão Aplicado	(3)		(3)
Saldo em 31 de março de 2016	263.459	129.135	392.594

ALAVANCAGEM FINANCEIRA LÍQUIDA

R\$ Mil	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	392.594	408.083	325.727
Caixa e Equivalentes de Caixa	(59.226)	(78.043)	(75.760)

Comentário do Desempenho

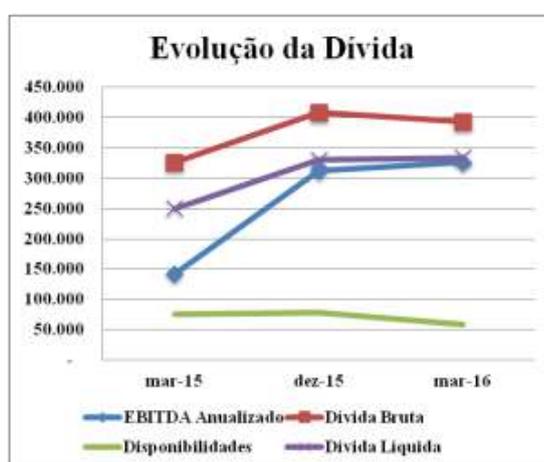


Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
1º Trimestre de 2016

9

Dívida Líquida	333.368	330.040	249.967
Patrimônio Líquido	539.760	586.636	112.252
Total do Capital	873.128	916.675	362.219
Índice de Alavancagem Financeira Líquida – %	38,2%	36,0%	69,0%

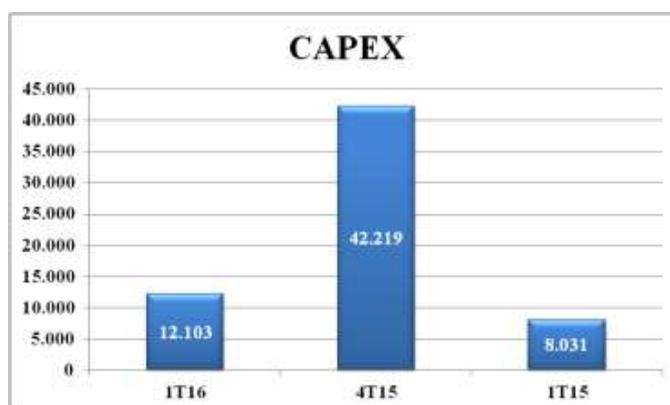
(Dívida Líquida) / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)



CAPEX (SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO)

No 1T16, os investimentos totalizaram R\$ 12,1 milhões, apresentando uma redução de R\$ 8,5 milhões (-71,3%), em relação ao 4T14 (R\$ 42,2 milhões). Em comparação com o 1T15, o CAPEX teve um acréscimo de 50,7%.

R\$ Mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T16	4T15	1T15		
CAPEX	12.103	42.219	8.031	(71,3%)	50,7%



ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R\$ Mil	1T16	4T15	1T15
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	947.350	1.055.042	859.294
Fornecimento de Energia Elétrica	863.386	989.599	627.677

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 1º Trimestre de 2016

10

Energia de Curto Prazo	72.281	34.072	112.870
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros	(37.147)	(25.193)	56.141
Receita de Construção	6.090	17.089	20.209
Aporte de Recursos CDE	9.699	9.699	11.880
Receita de Prestação de Serviços	9.898	5.925	9.413
Suprimento de Energia	8.247	7.795	7.672
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	6.127	7.608	5.399
Receita de Venda de Gás	1.387	1.183	1.047
Outras Receitas	7.382	7.265	6.986
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(398.325)	(416.538)	(271.825)
Tributos Sobre Receita Operacional Bruta	(271.731)	(297.087)	(203.002)
Encargos do Consumidor	(126.472)	(119.451)	(68.818)
Descontos Incondicionais	(122)		(5)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	549.025	638.504	587.469
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(514.313)	(408.630)	(566.532)
Custo da Energia Comprada	(389.028)	(368.765)	(432.879)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(267.606)	(282.171)	(303.040)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	(89.403)	(70.716)	(97.073)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(31.715)	(36.994)	(32.766)
Repactuação do Risco Hidrológico	(304)	21.116	-
Demais Custos/Despesas Operacionais Líquidas	(125.285)	(39.865)	(133.653)
Pessoal e Administradores	(59.345)	(51.407)	(50.201)
Custo de Construção	(27.046)	(17.089)	(20.209)
Serviços de Terceiros	(20.638)	(42.291)	(34.747)
Arrendamento	(6.090)	(10.462)	(10.463)
Provisão Estimada Para Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(13.648)	(31.034)	(12.136)
Provisão Para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Tributários e Regulatórios	(185)	(489)	(818)
Gás Comprado Para Revenda	(919)	(771)	(757)
Material	5.646	(3.244)	(1.044)
Equivalência Patrimonial	5.481	(6.684)	2.353
Outras Despesas Operacionais	(12.768)	(28.235)	(19.640)
Outras Receitas Operacionais	4.227	151.841	14.009
EBITDA	34.712	229.874	20.937
Margem EBITDA	6,32%	36,00%	3,56%
Depreciação e Amortização	(11.701)	(15.374)	(13.161)
EBIT	23.011	214.500	7.776
Resultado Financeiro	(13.809)	(17.896)	(41.152)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	9.202	196.604	(33.376)
DEDUÇÕES	(3.350)	39.685	(23.271)
IRPJ/CSLL	(3.350)	39.685	(23.271)
LUCROS/(PREJUÍZO) DO PERÍODO	5.852	236.289	(56.647)
Margem Líquida	1,07%	37,01%	-9,64%
Atribuível aos Acionistas Controladores	5.707	219.526	(57.160)
Atribuível aos Acionistas não Controladores	145	16.763	513
Quantidade de Ações em Milhares	14.416	14.416	9.183
Lucro Atribuído aos Acionistas Controladores por Ação (R\$)	0,3959	20,9033	(6,22450)

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho Companhia Energética de Brasília S.A – CEB 1º Trimestre de 2016

11

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial – R\$ Mil	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Total Ativo	3.262.416	3.344.728	2.829.692
Circulante	1.476.442	1.556.221	1.050.238
Caixa e Equivalentes de Caixa	59.226	78.043	75.560
Contas a Receber	543.796	548.842	479.979
Estoques	7.461	7.178	16.987
Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.527		3.472
Tributos e Contribuições Compensáveis	29.634	23.015	24.791
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	463.226	554.918	346.130
Demais Créditos	94.603	68.256	103.319
Ativos Não Circulante Mantido para Venda	275.969	275.969	
Não Circulante	2.015.244	1.788.507	1.779.454
Aplicações Financeiras	7.570	6.434	
Contas a Receber	21.133	19.636	7.803
Empréstimos e Financiamentos	190		
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.523	3.095	5.803
Tributos e Contribuições Compensáveis	20.916	22.011	15.051
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	130.321	127.710	
Ativo Financeiro Indenizável	27.651	27.651	854.444
Demais Créditos	19.966	22.932	1.777
Investimentos	354.645	353.750	661.085
Imobilizado	114.451	109.153	116.720
Intangível	1.087.608	1.096.135	116.771
Total Passivo	3.262.416	3.344.728	2.829.692
Circulante	1.317.615	1.375.507	1.124.148
Fornecedores	316.831	322.035	453.358
Obrigações Tributárias	255.106	264.796	204.051
Contribuição de Iluminação Pública	142.473	135.107	105.701
Encargos Regulatórios	121.179	118.605	76.305
Debêntures	16.015	16.568	
Empréstimos e Financiamentos	40.489	55.325	84.867
Obrigações Societárias	30.930	30.871	30.433
Obrigações Sociais e Trabalhistas	40.290	40.518	36.357
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros	217.208	279.627	
Benefícios Pós-Emprego	73.724	69.465	73.686
Provisões Para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Tributários e Regulatórios	6.707	9.168	6.168
Demais Obrigações	56.663	33.422	53.222
Não Circulante	1.175.603	1.148.401	1.367.720
Fornecedores	24.003	25.960	
Obrigações Tributárias	261.964	273.494	267.673
Contribuição de Iluminação Pública	104.598	110.088	127.402
Debêntures	112.571	112.571	
Empréstimos e Financiamentos	222.971	223.619	240.860
Benefícios Pós-Emprego	60.791	21.626	283.595
Encargos Regulatórios	191.186	182.269	154.043
Provisões Para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Tributários e Regulatórios	66.666	69.399	79.014
Obrigações Vinculadas a Concessão	119.875	117.546	
Demais Obrigações	10.978	11.829	215.133
Patrimônio Líquido	769.198	820.820	337.824
Atribuído ao Acionista Controlador	539.760	586.635	112.252
Capital Social	566.025	566.025	342.056
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital			11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	154.230	206.814	12.497
Prejuízos Acumulados	(180.495)	(186.204)	(254.270)
Atribuído aos Acionistas não Controladores	229.438	234.185	225.572

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
1º Trimestre de 2016

12

ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$ Mil	1T16	4T15	1T15
Atividades:			
Operacionais	15.639	50.350	10.629
Investimento	(12.100)	(4.717)	(3.998)
Financiamento	(22.356)	(27.119)	2.923
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(18.817)	18.514	9.554
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	78.043	59.529	66.006
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	59.226	78.043	75.560
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	(18.817)	18.514	9.554

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho
Companhia Energética de Brasília S.A – CEB
1º Trimestre de 2016

13

ANEXO IV – RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES – SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Consumidores	1T16	1T15	1T16	1T15	1T16	1T15
	Consumidores		MWh		Valor	
Residencial	892.869	864.657	555.132	573.412	340.103	243.756
Industrial	108.582	1.729	509.462	47.764	314.390	21.212
Comercial	10.202	107.145	153.036	514.621	101.208	215.696
Rural	6.055	10.138	106.818	32.129	37.665	9.556
Poder Público	1.669	6.234	85.928	152.553	41.598	68.984
Iluminação Pública	312	19	45.594	107.417	31.327	29.630
Serviço Público	19	315	31.740	68.557	14.611	24.129
(=) Fornecimento Faturado	1.019.708	990.237	1.487.710	1.496.453	880.902	612.963
Consumo Próprio	49	49	315	426		
Fornecimento Não Faturado Líquido					(17.516)	14.714
Encargo de Capacidade Emergencial						
Efeito Líquido – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					(33.065)	60.333
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos					(4.081)	(4.192)
Aportes Recursos CDE					9.699	11.880
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.019.757	990.286	1.488.025	1.496.880	835.939	695.698
Energia Elétrica de Curto Prazo					71.030	112.179
Disponibilização do Sistema de Distribuição					6.364	5.600
Receita de Construção					6.090	20.209
Receita da Prestação de Serviços					519	123
Arrendamentos e Aluguéis					6.863	6.553
Outras Receitas e Rendas					167	431
Total da Receita Operacional					926.972	840.793
Deduções da Receita					(266.382)	(266.912)
Impostos					(177.186)	(121.325)
ICMS					(176.839)	(121.038)
ISS					(347)	(287)
Contribuições					(89.196)	(77.160)
PIS/PASEP					(15.254)	(13.760)
COFINS					(73.942)	(63.400)
Encargos do Consumidor					(124.074)	(68.427)
Encargo de Capacidade Emergencial						
Programa de Eficiência Energética – PEE					(1.355)	(2.828)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE					(106.303)	(46.865)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D					(4.064)	(2.828)
Outros Encargos					(12.352)	(15.906)
Receita Operacional Líquida					536.516	573.881

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objetivo social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sede social na cidade de Brasília, Distrito Federal, endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, na BM&FBOVESPA, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A CEB pode participar de outras sociedades como sócia-quotista ou acionista, assim como da exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização, distribuição de energia elétrica e serviços correlatos.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico – Acordo GSF

Desde 2014, os geradores hidrelétricos vêm sofrendo elevadas exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo – MCP de energia elétrica, em função da crise hídrica no país. Diante da incapacidade financeira das empresas de geração hidrelétrica, frente a tais exposições negativas, grande parte das geradoras recorreu à via judicial, de forma a se protegerem dos efeitos financeiros do déficit hídrico, o que agravou a crise do setor.

Como alternativa, em 08 de dezembro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.203 que estabeleceu os pilares para a repactuação do risco hidrológico pelos agentes de geração hidrelétrica, bem como a Resolução Normativa da ANEEL nº 684, em 11 de dezembro de 2015 que definiu os critérios e as demais condições para a repactuação.

Os termos do acordo de repactuação para os geradores hidrelétricos se baseiam na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. Como condição à repactuação, tornou-se necessária a desistência, por parte dos geradores, das ações judiciais que questionaram os efeitos financeiros do déficit de geração.

Assim, em janeiro de 2016, as empresas CEB Geração S.A., CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A., decidiram pela adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, conforme deliberação dos seus respectivos Conselhos de Administração, considerando os seguintes produtos e margens de risco:

- CEB Geração S.A. – Produto SP 100 – margem de risco zero (0%);
- CEB Lajeado S.A. – Produto SP 92 – margem de risco de 8%; e
- CEB Participações S.A. – Produto SP 91 – margem de risco de 9%.

A repactuação trouxe a possibilidade de compensação do risco hidrológico contabilizado em 2015, por meio da postergação do pagamento do prêmio de risco em períodos que variam, a depender das condições e características dos contratos de venda de energia firmados por cada uma das empresas. Para a CEB Geração S.A., como o prazo para a compensação do risco de 2015 não foi suficiente para a recuperação do valor efetivamente liquidado durante o ano de 2015, houve extensão do prazo da outorga, indo à vigência do Contrato de Concessão até 29 de abril de 2020.

Após as adesões da CEB Geração S.A., CEB Participações S.A. e CEB Lajeado S.A. à repactuação do risco hidrológico ocorrida em 2015, ocasião em que houve as desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração, alguns agentes não procederam da mesma forma. Essa opção manteve

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

suas judicializações que os isentavam do rateio do pagamento de valores discutidos em outras liminares, situação que provocou nova exposição daqueles que tinham optado pela mencionada repactuação.

Em decorrência dessa nova exposição, com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi impetrada uma ação judicial que resultou no deferimento “Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela”, em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos.

1.3. Alienação de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás

Em 21 de dezembro de 2015, o Governador do Distrito Federal sancionou a Lei nº 5.577, na qual a Companhia Energética de Brasília fica autorizada a alienar suas participações acionárias em empresas de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, vinculando a aplicação dessas receitas em investimentos, pagamentos de tributos e amortizações de empréstimos da controlada CEB Distribuição S.A..

1.4. Cessão de Direitos Creditórios

Em janeiro de 2016, por meio da 541ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CEB foi aprovada a celebração de Contrato de Cessão Creditória de Direito de Mútuo a ser firmado entre a CEB Participações S.A. e a Companhia Energética de Brasília – CEB com o objetivo de ceder à CEB todos os direitos e obrigações constantes do Contrato nº 01/2015-CEBPar, celebrado entre a CEB Participações S.A. e a CEB Distribuição S.A., no valor de R\$ 10 milhões. O referido mútuo será transformado em AFAC, oportunamente.

1.5. Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme quadro a seguir:

Investidas	Atividade	31/03/2016	31/12/2015
Participações diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
CEB Geração S.A.	Geração	100,00%	100,00%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00%	100,00%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	Gás	17,00%	17,00%
Em Controlada em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57%	47,57%
Participações indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

1.5.1. Controladas

1.5.1.1. CEB Distribuição S.A.

A CEB Distribuição S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, reorganizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília – CEB.

A CEB D é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(i) Informações sobre a prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica da CEB D

Em 09 de dezembro de 2015, a CEB D e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, celebraram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 07 de julho de 2045.

Por esse instrumento, as datas de reposicionamento tarifário ordinário da CEB D serão alteradas de 26 de agosto para 22 de outubro, em função do Reajuste Tarifário Anual ou a cada 05 anos, pela Revisão Tarifária Ordinária, sendo que a primeira ocorrerá em 22 de outubro de 2016.

Em essência, além dos aspectos formais, o contrato de concessão estabelece critérios objetivos e metas regulatórias, pelas quais o concessionário será avaliado, que atuam como condicionantes para manutenção da titularidade da concessão.

(ii) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB D

A prorrogação da concessão refletiu a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração dirigidas à CEB D, que consistem na busca da eficiência operacional e financeira, com remuneração compatível dos investimentos realizados e em curso, bem como na qualidade do fornecimento de energia aos consumidores do Distrito Federal.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: alto índice de endividamento, além de custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes. Entretanto, para combater a grave crise financeira, a Administração, em 2015, concebeu um plano de trabalho que contempla três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do Grupo CEB.

A primeira fase, os ajustes pontuais, foi executada, o que promoveu de imediato, a redução de custos e despesas com pessoal, serviços de terceiros e outras rubricas, em montantes bastante expressivos.

A segunda fase, os ajustes estruturais, promoveu, com êxito, a redução da estrutura organizacional, por meio da diminuição de diretorias e otimização de atividades. Adicionalmente, a Administração continuou atuando para a redução dos elevados custos do plano assistencial, que culminou na decisão judicial favorável, conforme exposto na Nota Explicativa nº 1.2 e divulgado no Fato Relevante publicado em 29 de fevereiro de 2016.

A terceira fase, a reorganização societária do Grupo CEB, consiste na alienação de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, já autorizada na forma da Lei nº 5.577/2015, conforme informado pelo Fato Relevante publicado em 23 de dezembro de 2015. A injeção de recursos decorrente da monetização dos mencionados ativos contribuirá, substancialmente, para a redução do endividamento a níveis compatíveis com as metas fixadas pela ANEEL, bem como nos adequados patamares de investimentos exigidos no contrato de concessão prorrogado.

As ações gerenciais apontadas propiciaram a recuperação das condições necessárias para garantir a continuidade operacional da Empresa, atendendo aos requisitos de qualidade do serviço e o atendimento dos seus clientes.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Bandeiras tarifárias

A partir de 1º de janeiro de 2015, foi instituído o mecanismo de bandeiras tarifárias, após testes realizados nos anos de 2013 e 2014, com a finalidade de sinalizar para os consumidores das concessionárias de distribuição as condições de geração de energia elétrica, por meio da cobrança de valor adicional na Tarifa de Energia.

Até fevereiro de 2015, as bandeiras tarifárias consideravam somente os custos variáveis das usinas térmicas que eram utilizadas na geração de energia. A partir de março de 2015, com o aprimoramento do sistema, todos os custos de geração (que variam conforme o cenário hidrológico) passam a compor o cálculo das bandeiras.

Até fevereiro de 2015, para cada 100 kWh consumidos, a bandeira vermelha era de R\$ 3,00 e a amarela, de R\$ 1,50. A partir de março de 2015, para cada 100 kWh consumidos, a bandeira vermelha passou a ser de R\$ 5,50 e a amarela, de R\$ 2,50. A partir de setembro de 2015, a bandeira tarifária vermelha foi reduzida para R\$ 4,50 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Finalmente, em 1º de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 e R\$ 4,50, aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos. Também a bandeira amarela teve seu valor reduzido e passou de R\$ 2,50 a R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh (e suas frações).

Ainda com relação às bandeiras tarifárias, em 1º de dezembro de 2015, foi aprovada pela ANEEL a nova metodologia do Submódulo 6.8 do Proret (Procedimentos de Regulação Tarifária), submetida à Audiência Pública nº 067/2015 referente ao resultado da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, por meio da Resolução Normativa nº 689.

Nesse mesmo processo também ficou estabelecido que o saldo superavitário da CCRBT referente aos meses de agosto e setembro de 2015, fosse alocado nas distribuidoras superavitárias. Essa medida foi formalizada pelo Despacho nº 3.887, de 01 de dezembro de 2015, que foi publicado na edição de 02 de dezembro de 2015 do DOU, sendo que o valor da CCRBT repassado para a CEB Distribuição S.A. foi de R\$ 38.004.

De janeiro a dezembro de 2015 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 115.485 de bandeira tarifária, tendo sido R\$ 113.654 repassados para a conta CCRBT, enquanto de janeiro a março de 2016 foi reconhecido o montante de R\$ 53.020.

(iv) Revisão tarifária extraordinária – RTE

A RTE está prevista nos contratos de concessão das distribuidoras e na Lei Geral das Concessões, sendo permitido que a ANEEL revise as tarifas quando houver um desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos resultante de alterações nos custos não gerenciáveis das concessionárias, tais como custos de compra de energia e encargos.

Em reunião pública de 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL aprovou, entre outros, um índice médio de 24,14% para reajuste das tarifas da CEB Distribuição S.A. no processo de Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com vigência a partir de 02 de março de 2015, conforme Resolução Homologatória nº 1.858, de 27/02/2015.

(v) Reajuste tarifário anual de 2015 – IRT 2015

O reajuste tarifário anual visa repassar à tarifa de energia elétrica os impactos produzidos pelos custos não gerenciáveis da concessão (compra de energia, transmissão e encargos setoriais); ajustar os custos gerenciáveis da distribuidora (operacionais, remuneração pelos investimentos realizados e quota de depreciação); e a dedução do Fator X, que significa o compartilhamento com os consumidores dos ganhos de produtividade.

A Nota Técnica nº 211/2015-SGT/ANEEL, de 12 de agosto de 2015, detalha os valores que foram considerados, segundo metodologias definidas nos módulos do Proret.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Destaca-se, com base no referido documento, que apenas parte do diferimento tarifário ocorrido em agosto de 2014, no montante de R\$ 25.461 foi contemplado neste processo de IRT 2015, restando um saldo referente ao diferimento de R\$ 120.288, que dependerá de avaliação regulatória para ser recebido na Revisão Tarifária de Periódica de 2016.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.937, de 25 de agosto de 2015, homologou o resultado do IRT 2015 da CEB Distribuição S.A., sendo que o reajuste médio, líquido de impostos, foi de 18,66% e ele passou a vigorar a partir de 26 de agosto de 2015.

(vi) Repasses de recursos da CDE e da Conta ACR

(a) Repasses de recursos da CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, visando o desenvolvimento energético dos estados.

A CDE tem como finalidade promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa dos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; destinar recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; e promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, e da Medida Provisória nº 605/2013, vigente no período de 23 de janeiro a 03 de junho de 2013, a CDE teve seu rol de destinações ampliado: prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica; e para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição.

Em caráter excepcional, visando atenuar os efeitos da conjuntura hidrológica desfavorável, e diante das medidas empreendidas pelo Governo Federal em prol da modicidade tarifária, foi publicado o Decreto nº 7.945/2013, que introduziu novas alterações nos instrumentos de repasse de recursos da CDE. Assim, a CDE passou a prover ainda: recursos para o risco hidrológico, exposição involuntária; Encargos de Serviços do Sistema - ESS por segurança energética; e o valor, integral ou parcial, do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, de que trata a Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, relativo ao ESS e à energia comprada para revenda (CVAess e CVAenergia).

Sendo assim, a Resolução Homologatória nº 1.779, de 19 de agosto de 2014, que reajustou as tarifas da CEB D, estabeleceu também um valor mensal correspondente a R\$ 2,574 milhões a ser repassado à Empresa pela Eletrobrás, no período de competência de agosto de 2014 a julho de 2015, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Adicionalmente, em 25 de agosto de 2015, o valor mensal foi redefinido em R\$ 2,509 milhões pelo novo reajuste tarifário anual, homologado pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.937 no período de agosto de 2015 a julho de 2016.

(b) Repasses da conta ACR

A Conta no Ambiente de Contratação Regulada (Conta ACR) foi criada por meio do Decreto nº 8.221/2014 e regulamentada pela ANEEL por intermédio da Resolução Normativa nº 612/2014. Ela tem por finalidade cobrir os custos adicionais das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no mercado de curto prazo e pelo despacho termelétrico dos contratos por disponibilidade incorridos no período de fevereiro a dezembro de 2014.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é a responsável pela gestão dessa conta e pela contratação das operações de crédito, além de assegurar o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Também cabe à CCEE prestar as garantias necessárias aos credores das operações de crédito, incluindo cessão fiduciária dos direitos creditórios e do saldo da Conta ACR.

O valor mensal repassado a cada concessionária foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. No período de fevereiro a dezembro de 2014, no caso da CEB D, foram repassados R\$ 47.910.

A ANEEL, através da Resolução nº 1.863/2015, homologou um incremento na tarifa mensal da Empresa de R\$ 12 milhões, que será repassado para a Conta CDE-ACR no período de agosto de 2015 a fevereiro de 2020 (55 parcelas).

(vii) Emissão de debêntures

Em 14 de maio de 2015, por meio do Despacho nº 1.500, a ANEEL anuiu à emissão de debêntures no valor de R\$ 130.000. A CEB D optou por operações simples não conversíveis em ações, com garantia real nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e legislação aplicável.

As debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses contados da sua emissão, realizada no dia 15 de junho de 2015, vencendo assim em 15 de junho de 2020, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. As debêntures têm carência de 12 meses contados da data de emissão para início da amortização do principal. O referido instrumento é remunerado a 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada exponencialmente com sobretaxa (*spread*) de 6,80%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ao ano.

Os recursos líquidos obtidos pela CEB D com a emissão das debêntures e disponibilizados a partir de 1º de julho de 2015, foram destinados, principalmente, para: (a) investimentos na infraestrutura de distribuição de energia; e (b) no cumprimento de obrigações setoriais.

Os pagamentos das obrigações contratuais têm as seguintes garantias: (a) cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e das demais obrigações acessórias; e (b) alienação fiduciária de um dos imóveis, atualmente classificado como ativo não circulante disponível para venda, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures. (Nota Explicativa nº 21).

(viii) Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

Em janeiro de 2016 foi autorizado o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor de R\$ 25.900, por meio da Resolução da Diretoria nº 005/2016, aprovado pelo Conselho de Administração em sua 541ª Reunião Ordinária. Inicialmente, foi realizado o AFAC de R\$ 13.000 e o valor restante será destinado para a CEB Distribuição S.A., na medida em que ocorrer a formação de recursos financeiros na CEB.

(ix) Plano Assistencial – FACEB – Inconstitucionalidade das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003

Em 4 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia encaminhou o Parecer nº 295/2012/JUR–CEB D à então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, solicitando pronunciamento da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, “*no sentido de avaliar a constitucionalidade da Lei Distrital nº 3.010/2002, alterada pela Lei Distrital nº 3.199/2003*”, que dispõem sobre a extensão de benefícios do plano assistencial a empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB. Por sua vez, em 13 de novembro de 2014, a PGDF aprovou o Parecer nº 002/2013, que concluiu pela inconstitucionalidade das referidas leis distritais.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 11 de dezembro de 2014, foi proposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2, em que o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme o Acórdão nº 893.733, disponibilizado na Edição nº 181/2015 do Diário da Justiça, de 25 de setembro de 2015, julgou procedente a referida ADI. Foi declarada com eficácia *erga omnes*, a inconstitucionalidade formal e material das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003, restringindo seus efeitos após o prazo de dezoito meses, a contar da publicação do acórdão.

Em cumprimento ao disposto no artigo 129, *caput*, do Regimento Interno do Tribunal, o acórdão foi republicado na Edição nº 37/2016 do Diário de Justiça, de 26 de fevereiro de 2016, não cabendo mais recurso da decisão.

Como consequência deste ato, a CEB Distribuição S.A. elaborou o laudo atuarial considerando somente os efeitos até os dezoito meses a contar da publicação do acórdão. Desta forma, o valor provisionado relativo ao plano assistencial foi de R\$ 28.564, o que gerou uma reversão da provisão constituída no montante de R\$ 249.226, sendo R\$ 158.514 revertido contra a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e R\$ 90.712 revertido contra o resultado.

(x) Implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial

No dia 11 de janeiro de 2016 foi iniciada a operação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial – ERP/SAP, denominado na CEB de Projeto SYN.

O objetivo principal deste novo sistema é adequar os processos da CEB Distribuição S.A. aos regulamentos da ANEEL, dentre eles, o novo plano de contas contábil e a reestruturação da base de ativos.

Basicamente, os resultados esperados com esta adequação são os ajustes nos processos de gestão empresarial e o reconhecimento sobre os investimentos realizados pela Empresa no sistema elétrico e, conseqüentemente, uma repercussão adequada na tarifa de energia da CEB Distribuição S.A..

Tendo em vista que este sistema é largamente utilizado no setor elétrico brasileiro e mundial, entende-se que este é um marco importante da modernização da plataforma tecnológica utilizada pela CEB D, que possibilitará uma evolução na sua operação, bem como na gestão dos seus resultados.

1.5.1.2. CEB Geração S.A.

A CEB Geração S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de geração de energia elétrica, detentora de 02 (duas) concessões:

(i) UTE Brasília

A Usina Termelétrica de Brasília – UTE Brasília teve sua outorga prorrogada pela Portaria do Ministério de Minas Energia – MME nº 255 de 12 de julho de 1999, com termo final da concessão em 07 de julho 2015.

Em 29 de junho de 2012, a CEB Geração S.A. apresentou à ANEEL requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica, conforme Subcláusula Primeira e Segunda da Cláusula Segunda do Contrato de Concessão nº 65/1999-ANEEL. A Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da ANEEL, no dia 28 de agosto de 2012, negou o pedido de prorrogação, alegando não haver nos termos da legislação vigente, possibilidade de uma segunda prorrogação, solicitando arquivamento do pedido.

Em 19 de novembro de 2014, mediante o Despacho nº 4.511, a Diretoria da ANEEL autorizou o início do processo de caducidade da concessão da UTE Brasília, dado que a premissa básica para a condição de operação

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

comercial encontrava-se há tempos comprometida, estando a operação comercial suspensa desde dezembro de 2012.

Em 03 de fevereiro de 2015, a CEB Geração S.A. recebeu o Termo de Intimação – TI nº 1001/2015-SFG/ANEEL, acerca da abertura da penalidade de caducidade da concessão para exploração da UTE Brasília, conforme Deliberação da Diretoria da ANEEL nos termos do Despacho nº 4.511/2014.

Em 27 de fevereiro de 2015, no prazo regulamentar, a CEB Geração S.A. se manifestou sobre o objeto do TI nº 1001/2015 e, pelas motivações apresentadas, solicitou à ANEEL que fosse afastada a intenção de aplicação de penalidade, de modo que a concessão não fosse extinta por caducidade e sim por advento do término contratual.

Por meio do Despacho nº 1.176, de 22 de abril de 2015, a ANEEL decidiu encaminhar os autos do Processo nº 48500.003992/2008-88 ao Ministério de Minas e Energia – MME, com a recomendação de declarar a caducidade da concessão da UTE Brasília.

Diante disso, a CEB Geração S.A. iniciou as medidas cabíveis relativas à destinação dos ativos remanescentes da concessão que, potencialmente, poderão gerar receitas não operacionais, quando das destinações das máquinas, assim como dos imóveis onde estão instaladas.

(ii) UHE Paranoá

A Usina Hidrelétrica do Paranoá – UHE Paranoá foi outorgada pelo Decreto nº 65.664, de 29 de outubro de 1969, e prorrogada pela Portaria MME nº 255 de 1999, com termo final da concessão em 29 de outubro de 2019.

No dia 24 de outubro de 2014, a CEB Geração S.A. apresentou à ANEEL requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Hidroelétrica do Paranoá, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e Despacho ANEEL nº 3.065/2012.

Em função da Nota Técnica nº 562/2014 – ANEEL, a CEB Geração S.A. manifestou-se contrária à prorrogação da concessão de geração de energia elétrica da UHE Paranoá, apesar de requerida em 24 de outubro de 2014, por considerar empresarialmente inviável a condição apresentada pela ANEEL. A Diretoria da Companhia Energética de Brasília – CEB, em 22 de maio de 2015, acatou o encaminhamento da não antecipação da prorrogação do prazo da concessão da UHE Paranoá e o Conselho de Administração referendou essa decisão, que foi encaminhada à apreciação da 88ª Assembleia Geral de Acionistas, que ratificou a decisão daqueles colegiados.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 2.251/2015, determinou que a Superintendência de Concessão e Autorização de Geração – SCG tomasse as providências cabíveis junto ao Ministério de Minas e Energia para a inclusão da referida usina no rol das geradoras a serem oportunamente licitadas.

1.5.1.3. CEB Participações S.A.

A CEB Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, que atua na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritariamente ou minoritariamente.

A sociedade atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG/CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Complementarmente, a Empresa detém a participação acionária correspondente a 2,35% do Capital da Corumbá Concessões S.A..

1.5.1.4. CEB Lajeado S.A.

A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da Investco S.A.. Sobre este capital, a CEB Lajeado S.A. detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

1.5.1.5. Companhia Brasileira de Gás S.A.

A Companhia Brasileira de Gás S.A. é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000. Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia poderá ainda:

- Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 09 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

A Companhia Energética de Brasília – CEB é controladora da Companhia Brasileira de Gás S.A. com 51% das ações ordinárias e 17% do total das ações.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.5.2. Controlada em conjunto

1.5.2.1. Energética Corumbá III S.A.

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais.

1.5.3. Coligadas

1.5.3.1. Corumbá Concessões S.A.

A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo no capital social da Empresa é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A..

(i) Ação de Cobrança proposta pela Saneamento de Goiás S.A. – Saneago

A empresa Saneamento de Goiás S.A. – Saneago, ajuizou ação de cobrança contra a Corumbá Concessões S.A., embasada no argumento de que ocorreu a inundação de uma obra de captação de água bruta, de sua propriedade, no rio Corumbá, em decorrência da formação do lago para produção de energia hidrelétrica, de responsabilidade da Corumbá Concessões S.A., restando à autora da ação judicial, o prejuízo de R\$ 24.021, orçado em outubro de 2006.

A Corumbá Concessões S.A., por sua vez, alegou que tinha conhecimento da interferência das obras que seriam feitas sobre a construção da estação de captação de água já iniciada pela Saneago, e que desde a assinatura do Termo de Compromisso, cumpriu com as obrigações referentes à primeira fase da obra, tendo sido impedida de dar prosseguimento à segunda etapa da construção, por fatos alheios à sua vontade: a resistência apresentada pelos proprietários dos imóveis situados nas proximidades da área e a fiscalização do Ibama/DF.

Posteriormente, houve a emissão da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido da Corumbá Concessões S.A., pela não aplicação da multa por atraso na execução da obra, eis que as resistências criadas constituíram situações não gerenciáveis pela Empresa, que a impediram de cumprir as obrigações, excluindo, portanto, sua responsabilidade pela mora, não sendo cabível a condenação ao pagamento da multa contratual. Entretanto, o juiz entendeu ser necessário, em procedimento de liquidação de sentença, se apurar o *quantum debeatur*, o que requer o auxílio de um perito para estimar o valor da obra inundada.

Após recursos de ambas as partes no curso da ação de cobrança, em 12 de maio de 2015, foi proposta pela Saneago ação de liquidação provisória de sentença, na qual deverá ser apurado o valor real dos prejuízos materiais sofridos pela Empresa. A perícia de liquidação ainda não foi iniciada, e o valor original da causa foi atualizado para R\$ 41.969. A Administração da coligada considerou como provável a probabilidade de perda da ação, sendo esta reconhecida nas demonstrações intermediárias da Corumbá Concessões S.A., de 31 de março de 2016.

1.5.3.2. Investco S.A. (Participação Indireta)

A Investco S.A. é uma empresa de capital aberto que tem como objeto social a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado. A CEB detém através de sua controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A. de 16,98%. Deste total, 20,0% são

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

representados por ações ordinárias; 20,0% de ações preferenciais classe R; 6,02% de ações preferenciais classe A; e 20% de ações preferenciais classe B.

A Investco S.A., juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

1.5.4. Ligada

1.5.4.1. BSB Energética S.A.

A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,0% do capital social da BSB Energética S.A.

1.6. Concessões

A CEB, suas controladas e controladas em conjunto, são detentoras das seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
CEB Distribuição S.A.	Brasília – DF	09/12/2015	07/07/2045(a)
Geração			
CEB Participações S.A.	Brasília – DF	26/01/2000	18/12/2032
CEB Geração S.A.	Brasília – DF	14/09/2005	29/04/2020
Energética Corumbá III S.A.	Brasília – DF	07/11/2001	07/11/2036
CEB Lajeado S.A.	Brasília – DF	31/12/1999	15/12/2032
Outros			
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	Brasília – DF	23/03/2001	09/01/2030

(a) A CEB Distribuição S.A era detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, em 26 de agosto de 1999, cujo vencimento ocorreu em 07 de julho de 2015. Em 09 de dezembro de 2015, foi celebrado o aditamento do contrato nº 66/1999, que tem como objeto a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica da CEB Distribuição S.A., até 7 de julho de 2045. O aditamento ocorreu com base no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, com fulcro na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012; e no Decreto nº 8.461, de 2 de janeiro de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, arquivadas em 30 de março de 2016, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas Informações Contábeis Intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 12 de maio de 2016.

2.1.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 31 de março de 2016, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

2.2 Novas normas, alterações e interpretações

No trimestre findo em 31 de março de 2016, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas na Nota 2.27 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as informações contábeis intermediárias do referido período.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

- Quanto à CEB D, a diretriz da Administração é oferecer um serviço de qualidade à população do Distrito Federal e garantir rentabilidade compatível com o mercado a seus acionistas.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: endividamento oneroso e custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes.

Para combater a grave crise financeira da Distribuidora, a Administração, em janeiro de 2015, concebeu um plano de trabalho que envolve três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do Grupo CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A primeira foi concluída. As segunda e terceira fases tiveram seu início com a publicação de Fato Relevante, em 28 de setembro de 2015, do Plano de Transformação, que abarca o conjunto de ações que visa melhorar a eficiência operacional e financeira da Companhia. Tal iniciativa tem o intuito de reverter o histórico recente de resultados negativos e chamadas de aporte de capital por parte dos acionistas. A segunda fase, reorganização societária do Grupo CEB, consiste, principalmente, nas alienações de ativos de geração de energia elétrica; e de distribuição de gás natural. Neste sentido, foi aprovada pelo Poder Público do Distrito Federal através da Lei nº 5.577, de 21 de dezembro de 2015. Conforme previsto pela Lei, os recursos oriundos da venda dos ativos serão destinados a investimentos, pagamentos de tributos e amortizações de dívidas. A terceira fase constituiu-se, basicamente de reduções estruturais de custos e despesas operacionais.

- Com relação aos encargos exigidos das geradoras do Grupo, decorrentes da crise hídrica, a Administração decidiu pela mitigação dos riscos oriundos do déficit hídrico, ao aderir à Repactuação do Risco Hidrológico, nos termos propostos pela Lei nº 13.203/15.

A repactuação para os geradores hidrelétricos está baseada na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco, atrelada à condição de desistência, por parte das geradoras, das ações judiciais usadas por estas para se protegerem dos impactos financeiros ocasionados pela exposição ao risco hidrológico.

Grandes empreendedores do país aceitaram as condições propostas pela Lei, principalmente aqueles com contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. No contexto do Grupo, as decisões quanto as adesões às repactuações dos riscos, se deu de forma individualizada por cada empresa e empreendimento, de acordo com a estratégia comercial e especificidades de cada uma delas. A CEB Lajeado S.A assumiu uma margem de risco de 8%, repassando aos consumidores quaisquer déficits de energia em valores superiores a este, por todo o período de vigência do seu contrato de venda de energia firmado com a CEB Distribuição S.A.. A CEB Participações S.A optou pela margem de 9%, enquanto a CEB Geração S.A transferiu todo o risco ao consumidor (repactuação com margem zero).

Os efeitos das repactuações dos riscos são retroativos a janeiro de 2015. Significa afirmar que parte dos desembolsos relativos aos riscos hidrológicos a que estiveram sujeitas as geradoras, em 2015, será reincorporado como ativo pelas empresas. Estes valores estão vinculados aos pagamentos mensais dos prêmios de risco, ou seguro, implicando em períodos distintos de carências. No caso da CEB Geração S.A., haverá extensão do período da concessão, dado que o montante contabilizado como despesa de compra de energia não será recuperado durante o prazo de vigência dos seus atuais contratos de venda.

A Administração, ao optar pelas repactuações, atuou de forma a mitigar os riscos dos negócios relativos à geração de energia, e permanecerá atenta aos impactos econômico-financeiros das medidas implementadas.

3.1 Fatores de risco

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.1 Risco de crédito

A controlada CEB D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária, bem como o Grupo, apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A CEB D possui, ainda, linha de parcelamento a devedores, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

A maioria das demais controladas, coligadas e controladas em conjunto, possui como principal cliente a CEB D. O principal mitigador de risco é a regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela A das tarifas, que são capturados nos processos de reajustes e de revisões tarifárias.

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*. Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negatização de débitos e acompanhamento; e negociação permanente das posições em aberto.

3.1.2 Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pela venda de ativos não operacionais; desinvestimentos de ativos em operação; na rentabilidade futura dos investimentos em andamento; e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1.3 Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data-base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas Explicativas nºs 6, 21 e 22, respectivamente.

Conseqüentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo.

3.1.3.1 Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2017, as taxas CDI e IGP-M atinjam um patamar de 11,79% e 5,67%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 1º de abril de 2016 (média curto prazo – Top 5). No caso da TJLP, atribuímos a taxa de 7,5% a.a., para o primeiro trimestre de 2016, conforme a Resolução nº 4.456 do BACEN, de 17 de dezembro de 2015. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções para a data de 31 de março de 2017. Também se espera que a taxa de 4,094% da UMBNDES se mantenha estável para os próximos trimestres de 2016. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto.

	Possível	Remoto
CDI	14,74%	17,69%
TJLP	9,38%	11,25%
IGPM	7,09%	8,51%
UMBNDES	5,12%	6,14%

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2016		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
		11,79%	14,74%	17,69%
Efeito da Variação do CDI	119.436	133.518	137.041	140.564
		(14.082)	(17.605)	(21.128)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2015		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
		14,97%	18,71%	22,46%
Efeito da Variação do CDI	124.293	142.900	147.551	152.203
		(18.607)	(23.258)	(27.910)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2016		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
		7,50%	9,38%	11,25%
Efeito da Variação da TJLP	81.665	87.790	89.325	90.852
		(6.125)	(7.660)	(9.187)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2015		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
		7,50%	9,38%	11,25%
Efeito da Variação da TJLP	99.293	106.740	108.602	110.463
		(7.447)	(9.309)	(11.170)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2016		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
		5,67%	7,09%	8,51%
Efeito da Variação do IGPM	6.206	6.558	6.646	6.734
		(352)	(440)	(528)
Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2015		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
		6,63%	8,29%	9,95%
Efeito da Variação do IGPM	9.325	9.943	10.098	10.252
		(618)	(773)	(927)

Alta do UMBNDES	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2016		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
		4,09%	5,12%	6,14%
Efeito da Variação do UMBNDES	18.254	19.001	19.189	19.375
		(747)	(935)	(1.121)
Alta do UMBNDES	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2015		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
		4,10%	5,12%	6,14%
Efeito da Variação do UMBNDES	19.092	19.874	20.070	20.265
		(782)	(978)	(1.173)

Impactos no Resultado	31/03/2016	31/12/2015
Cenário Possível – Cenário Provável		
CDI	(3.523)	(4.652)
TJLP	(1.535)	(1.862)
IGPM	(88)	(155)
UMBNDDES	(188)	(196)
Cenário Remoto – Cenário Provável		
CDI	(7.047)	(9.303)
TJLP	(3.062)	(3.723)
IGPM	(176)	(309)
UMBNDDES	(374)	(391)

3.1.4 Risco cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB D está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda de Itaipu Binacional ter cotação em dólares.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela A, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da CEB D, situa-se entre os meses de outubro e setembro. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (*hedge*) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia e sua controlada CEB D desenvolveram análise de sensibilidade, conforme determinado pela CVM, por meio da Instrução nº 475, de 17/12/2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, de forma a clarear o cenário cambial.

Em 31 de março de 2016, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 31 de março de 2017 será de R\$ 4,0700 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 31 de março de 2017, com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro (Relatório Focus, de 1º de abril de 2016 (média de curto prazo – Top

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5)). Por se tratar de uma análise de sensibilidade, no impacto no resultado para os próximos 12 meses foi considerado o saldo da dívida em 31 de março de 2016. Ressalta-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada a análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 31 de março de 2016.

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2016		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
	3,5589	4,0700	5,0875	6,1050
Efeito da Variação do Dólar	108.369	123.932	154.915	185.898
		(15.563)	(46.546)	(77.529)

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2015		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
	3,8492	4,2600	5,3250	6,3900
Efeito da Variação do Dólar	150.328	166.372	207.964	249.557
		(16.044)	(57.636)	(99.229)

Impactos no Resultado	31/03/2016	31/12/2015
Cenário Possível – Cenário Provável Dólar	(30.983)	(41.593)
Cenário Remoto – Cenário Provável Dólar	(61.966)	(83.186)

É imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas, não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

3.1.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	31/03/2016	31/12/2015
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 21 e 22)	392.045	408.083
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 5)	(59.226)	(78.043)
Dívida Líquida	332.819	330.040
Total do Patrimônio Líquido	539.760	586.635
Total do Capital	872.579	916.675
Índice de Alavancagem Financeira – %	38,14	36,00

3.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Grupo estão restritos a caixa e equivalentes de caixa; títulos de crédito a receber; contas a receber; valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros; ativo financeiro da concessão; debêntures; empréstimos e financiamentos; obrigações societárias; benefícios pós-emprego; e encargos regulatórios, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o regime de competência.

3.3.1 Classificação

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; ativos financeiros mantidos até o vencimento; e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

3.3.1.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são avaliados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as aplicações financeiras registradas em caixa e o equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5).

3.3.1.2 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

O Grupo tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos mantidos até o vencimento que se encontravam classificados neste grupo até 31 de março de 2016 eram compostos de aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 12) e títulos de créditos a receber (Nota Explicativa nº 6).

3.3.1.3 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: caixa e bancos (Nota Explicativa nº 5); contas a receber (Nota Explicativa nº 6); e valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 8).

3.3.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados, inicialmente, pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

O Grupo classificou o ativo financeiro indenizável da concessão dentro da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota Explicativa nº 11).

3.3.1.5 Passivos financeiros

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures (Nota Explicativa nº 21); empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 22); fornecedores (Nota Explicativa nº 17); encargos regulatórios (Nota Explicativa nº 20); obrigações vinculadas à concessão (Nota Explicativa nº 28); e obrigações societárias.

3.3.2 Reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas, transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa em uma transação, na qual, todos os riscos e benefícios da titularidade são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando a Companhia ou suas controladas e coligadas têm o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

3.4.1 Hierarquia do valor justo

O CPC 40/IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*non-performance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40/IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *input* significativo para sua mensuração. A seguir, mostra-se uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 – Os *inputs* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas;

Nível 2 – Os *inputs* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *inputs* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *inputs* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo; e

Nível 3 – Os *inputs* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *inputs* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40/IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As tabelas seguintes demonstram, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/03/2016			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	564	564	38.324	38.324
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	385	385	20.902	20.902
Contas a Receber	Custo Amortizado		10.266	10.266	564.929	564.929
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				593.547	593.547
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				6.434	6.434
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.136	1.136
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3				
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		4.993	4.993	340.834	340.834
Debêntures	Custo Amortizado					
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado					
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	30.930	30.930
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				217.207	217.207
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				312.365	312.365
Obrigações Especiais	Custo Amortizado				119.875	119.875

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	10.080	10.080	43.606	43.606
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	3	3	34.437	34.437
Contas a Receber	Custo Amortizado		10.008	10.008	568.477	568.477
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				554.918	554.918
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				6.434	6.434
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.137	1.137
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			27.651	27.651
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		2.213	2.213	347.995	347.995
Debêntures	Custo Amortizado				129.139	129.139
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				278.944	278.944
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	30.871	30.871
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				279.627	279.627
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				300.874	300.874
Obrigações Especiais	Custo Amortizado				117.546	117.546

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos Conta Movimento	385	3	20.902	34.437
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	564	10.080	38.324	43.606
Total	949	10.083	59.226	78.043

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes (remuneração de 95% a 100% do Certificado de Depósito Bancário – CDI).

5. CONTAS A RECEBER

5.1 Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			656.702	639.994
Títulos de Créditos a Receber			14.789	29.727
Serviços Prestados a Terceiros	57.733	52.469	64.350	58.379
Total a Receber Bruto	57.733	52.469	735.841	728.100
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	(47.467)	(42.461)	(170.912)	(159.622)
Total a Receber Líquido	10.266	10.008	564.929	568.478
Circulante	10.266	10.008	543.796	548.842
Não Circulante			21.133	19.636

5.2 Valores a receber por idade de vencimento (Consolidado)

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31/03/2016	Total 31/12/2015
Classes de Consumidor					
Residencial	69.555	68.679	29.164	167.398	168.768
Poder Público	19.730	14.859	77.878	112.467	103.886
Comércio, Serviços e Outros	58.079	28.726	25.184	111.989	116.168
Iluminação Pública	12.155	25.923	25.118	63.196	51.382
Serviço Público	13.597	-	8.356	21.953	22.553
Industrial	4.812	2.456	2.347	9.615	9.168
Rural	2.856	2.675	2.136	7.667	8.294
Subtotal Consumidores	180.784	143.318	170.183	494.285	480.219
Fornecimento Não Faturado				141.995	159.511
Serviços Prestados a Terceiros Não Faturado (Serviço de IP)				2.843	215
Energia Elétrica Curto Prazo – CCEE				14.170	13.255
Serviços Prestados a Terceiros (Serviço de IP)				54.892	52.254
Concessionárias e Permissionárias				18.517	14.011
Parcelamentos a Faturar CP e LP				13.728	11.588
Serviço Taxado	411	342	386	1.139	1.114
Outros				1.291	1.517
Arrecadação a Classificar				(7.019)	(5.584)
TOTAL	181.195	143.660	170.569	735.841	728.100
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa				(170.912)	(159.622)
Contas a receber líquido	181.195	143.660	170.569	564.929	568.478

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.3 Estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída de acordo com os valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias; da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias; e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos, vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos.

A base de constituição da estimativa engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Poder Público – Vencidos há mais de 360 dias	47.467	42.461	102.708	99.949
Iluminação Pública – Vencidos há mais de 360 dias			24.640	24.259
Residencial – Vencidos há mais de 90 dias			21.647	16.653
Comercial – Vencidos há mais de 180 dias			16.115	14.281
Serviço Público – Vencidos há mais de 360 dias			4.609	3.311
Industrial – Vencidos há mais de 360 dias			922	904
Rural – Vencidos há mais de 360 dias			272	265
Total	47.467	42.461	170.913	159.622

Destaque-se que o incremento de R\$ 159.622 para R\$ 170.913, de estimativa consolidada no período de 31 de dezembro de 2015 a 31 de março de 2016, deve-se, principalmente a débitos vencidos da classe Residencial.

A Lei nº 5.434/2014 autorizou o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas da execução de obras do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.

O § 1º do art. 3º da referida Lei reserva os terrenos, exclusivamente, para essa finalidade. Esses terrenos serão objeto de avaliação para que a operação seja finalizada. A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento adotará as medidas administrativas necessárias às transferências dos imóveis para a CEB de que trata aquele diploma legal. Até 31 de março de 2016 não houve alteração da situação relatada.

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em dezembro de 2014	20.286	96.232
Adições	25.397	166.976
Baixa Para Perda – Lei nº 9.430/96		(16.023)
Reversões	(3.222)	(87.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	42.461	159.622
Adições	5.006	11.291
Baixa Para Perda – Lei 9.430/96		-9.408
Reversões		9.408
Saldo em 31 de março de 2016	47.467	170.913

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4 Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Em 31 de março de 2016, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 122.360, dos quais, R\$ 74.893 no âmbito da CEB D, referentes a consumo de energia, e R\$ 47.467, relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 96.564, em 31 de março de 2016 (R\$ 84.281 em 2015), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Saldos Vincendos	2.853	215	36.220	36.384
Vencidos até 90 dias	3.728	484	38.338	25.189
Vencidos de 91 a 360 dias	3.685	8.228	22.006	21.627
Vencidos há mais de 360 dias	47.467	43.542	122.360	113.817
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(47.467)	(42.461)	(122.360)	(112.736)
Total	10.266	10.008	96.564	84.281

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	7.381	7.113	15.726	14.066
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	1.006	934	7.434	5.863
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3	1.063	112	1.329
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (b)			16.360	13.422
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS			6.197	5.162
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	366	410	2.710	3.003
Programa de Integração Social – PIS	387	387	1.461	1.507
Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira – CPMF	544	544	544	544
Outros	6	5	6	130
Total	9.693	10.456	50.550	45.026
Circulante	1.469	2.428	29.634	23.015
Não Circulante	8.224	8.028	20.916	22.011

(a) Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período, aos saldos negativos de exercícios anteriores, e às retenções fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual.

(b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

6.1 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia e sua controlada CEB D não registram os efeitos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, até que os planos de recuperação econômico-financeira resultem na apuração de lucro tributável sustentável.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos em 31 de março de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Diferenças Temporárias				
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	16.139	14.413	57.215	53.437
Provisão Para Riscos Regulatórios			69.219	18.004
Provisão de Energia Comprada			6.167	12.918
Provisão Para Riscos Trabalhistas			1.471	3.029
Provisão Para Riscos Tributários	2.848	2.781	2.848	2.781
Provisão Para Riscos Cíveis			1.800	2.679
Provisão Para Participação nos Lucros e Resultados			2.907	2.907
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pós-Emprego			17.692	
Outras Provisões			3.293	3.841
Subtotal	18.987	17.194	162.612	99.596
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	30.801	30.665	154.198	128.059
Total	49.788	47.859	316.810	227.655

7. VALORES A RECEBER DE PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 31/03/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	530.290	29.874	(125.804)	11.008	445.368	410.816	34.552	445.368	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg) (a)	282.725	20.890	(82.940)	6.547	227.222	202.775	24.447	227.222	-
Proinfa (a)	1.446	3.557	(24)	540	5.519	1.424	4.095	5.519	-
Transporte Rede Básica (a)	7.332	955	(2.662)	348	5.973	4.877	1.096	5.973	-
Transporte de Energia - Itaipu (a)	1.369	152	(302)	46	1.265	1.090	175	1.265	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS (a)	26.883	4.320	-	419	31.622	26.883	4.739	31.622	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (a)	210.535	-	(39.876)	3.108	173.767	173.767	-	173.767	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	152.338	7.809	(15.112)	3.144	148.179	9.995	138.184	17.858	130.321
Neutralidade da Parcela A (b)	1.119	-	(619)	28	528	528	-	528	-
Sobrecontratação de Energia (b)	-	7.809	-	54	7.863	-	7.863	7.863	-
Diferimento de Reposição na RTP (b)	140.957	-	(7.322)	2.933	136.568	6.247	130.321	6.247	130.321
Outros (b)	10.262	-	(7.171)	129	3.220	3.220	-	3.220	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	682.628	37.683	(140.916)	14.152	593.547	420.811	172.736	463.226	130.321

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 31/03/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante
CVA Passiva	(36.336)	-	13.752	(1.028)	(23.612)	(23.612)	-	(23.612)
Aquisição de Energia - (CVAenergia) (a)	(3.332)	-	1.535	(90)	(1.887)	(1.887)	-	(1.887)
Proinfa (a)	(664)	-	243	(19)	(440)	(440)	-	(440)
Encargos de Serviços de Sistema - ESS (a)	(32.340)	-	11.974	(919)	(21.285)	(21.285)	-	(21.285)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(243.291)	(24.032)	80.448	(6.720)	(193.595)	(169.466)	(24.129)	(193.595)
Sobrecontratação de Energia (b)	(109.725)	-	42.642	(2.832)	(69.915)	(69.915)	-	(69.915)
Exposição Submercados	-	(9.271)	-	(97)	(9.368)	-	(9.368)	(9.368)
CVA Competência	-	(14.761)	-	-	(14.761)	-	(14.761)	(14.761)
Outros (b)	(133.566)	-	37.806	(3.791)	(99.551)	(99.551)	-	(99.551)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(279.627)	(24.032)	94.200	(7.748)	(217.207)	(193.078)	(24.129)	(217.207)

De acordo com o Contrato de Concessão nº 066/1999 (prorrogado até 7 de julho de 2045, conforme aditivo firmado em 9 de dezembro de 2015), o Reajuste Tarifário Anual - RTA ocorreu no dia 26 de agosto de 2015. O mecanismo RTA tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita, obtida por meio das tarifas praticadas pela concessionária.

A receita da concessionária de distribuição é composta por duas parcelas: a Parcela A, representada pelos custos não-gerenciáveis da empresa (encargos setoriais, encargos de transmissão e compra de energia para revenda); e a Parcela B, que agrega os custos gerenciáveis (despesas com operação e manutenção, despesas de capital). Na RTA, a Parcela A é totalmente recomposta de acordo com os custos vigentes naquele momento, enquanto a Parcela B é simplesmente atualizada pelo IGP-M, descontado do Fator X.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os componentes tarifários financeiros não fazem parte da base tarifária econômica e se referem a valores a serem pagos ou recebidos pelos consumidores em cada período de 12 meses, subsequentes aos reajustes ou revisões tarifárias. Dentre eles destacam-se:

- a) A CVA – Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – foi criada por meio da Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002. A conta tem por objetivo registrar as variações observadas entre os gastos efetivamente incorridos e os estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Seus valores são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Dentre os custos da Parcela A cobertos pela CVA têm-se:

- CVA Energia – Tem por objetivo registrar as diferenças incorridas entre o custo efetivo da compra de energia para atendimento do mercado da distribuidora e o custo tarifário homologado pela ANEEL no último reajuste tarifário. Em razão da crise energética atual, o custo com aquisição de energia elétrica mostra-se superior ao previsto pela ANEEL, quando do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2015.
- CVA Encargos – Nesse grupo encontram-se coberturas para os seguintes encargos: CDE, Proinfa, ESS, Transporte de Itaipu e Rede Básica.

b) Itens financeiros

- Diferimento parcial dos Componentes Financeiros: Em 19 de agosto de 2014, por meio da Carta nº 221/2014-DD, o Governo do Distrito Federal solicitou à concessionária o diferimento parcial de 9% de seus componentes financeiros. O montante diferido foi capturado na proporção de 17,47%, correspondente a R\$ 25.462, no reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2015. O saldo de R\$ 120.288, correspondente a 82,53%, deverá ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários da CEB, atualizado pela variação do IGP-M.
- Despacho nº 4.282/2013: Trata-se de valor a ser pago pela CEB D à Corumbá Concessões S.A., em virtude do Despacho nº 3.168/2013, cujos efeitos da obrigação de pagamento foram, para fins de repasse à tarifa dos consumidores da CEB D, considerados no processo tarifário da distribuidora.
- Diferencial Eletronuclear: Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 – 1º Leilão, e seu valor está sendo mensalmente pago pelas distribuidoras à Eletronuclear no período de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH nº 1.406/2012.
- Exposição de Submercados: Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163/2004, as regras de comercialização prevêem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem os CCEARs na modalidade de quantidade de energia.

8. DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Serviços em Curso (a)			26.782	26.530
Repactuação do Risco Hidrológico			20.813	21.116
Aportes da CDE – Decreto 7.945/2013 (d)			19.379	9.680
Adiantamento a Fornecedores			12.554	
Desativações em Curso (b)			8.784	9.001
Previdência Privada dos Empregados			7.152	7.442
Dividendo/JSCP a Receber	9.090	9.090	11.420	6.612
Despesas Pagas Antecipadamente			5.851	4.775
Crédito com Empregados	5	9		513
Outros Créditos	285	358	2.024	4.382

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Total	9.380	9.457	114.759	91.188
Circulante	9.196	9.172	94.603	68.256
Não Circulante	184	285	20.156	22.932

- Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após seus termos, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente registrado em serviço na CEB-D, cujo valor dos itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo Órgão Regulador.
- Títulos de crédito a receber: refere-se às ações preferenciais cumulativas e resgatáveis das classes A e B, emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A..
- Refere-se à diferença mensal de receita – DMR, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE às unidades consumidoras da subclasse residencial baixa renda; e à subvenção da CDE para custear descontos tarifários.

9. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da controlada CEB D, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil; e cauções referentes a leilões de energia. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Bloqueios Judiciais	151	151	5.497	2.349
Cauções			2.519	1.573
Depósitos Recursais	673	673	1.531	6.151
(-) Provisão Para Perdas de Depósitos Recursais			(5.497)	(6.978)
Total	824	824	4.050	3.095
Circulante	673		2.527	
Não Circulante	151	824	1.523	3.095

10. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da CEB D e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A concessionária possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Em 31 de março de 2016, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) em 31 de março de 2016 está mostrada no quadro seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2014	841.273
Adições	55.160
Baixas	(874.590)
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR – Valor Novo de Reposição	5.808
Saldos em 31 de dezembro de 2015	27.651
Saldos em 31 de março de 2016	27.651

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. Não houve indícios de perda no valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

11. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Principal – Banco <i>Credit Suisse</i> (a)	6.000	6.000
Rentabilidade – Banco <i>Credit Suisse</i> (a)	414	414
Principal – Banco Panamericano – CDB 006026GS	20	20
Títulos Mobiliários	1.136	1.136
Total	7.570	7.570
Não Circulante	7.570	7.570

(a) Conforme Contrato de Cessão Fiduciária, formalizado entre a CEB Distribuição S.A. e o Credit Suisse, ficou estabelecido que fosse constituída reserva para garantir o pagamento da Remuneração de Descontinuidade por meio de certificados de depósito bancário, no montante de emissão equivalente a R\$ 6.000. Este valor está mantido em aplicação financeira com renda fixa – CDB, no *Credit Suisse*, cuja rentabilidade está afixada em 100% do CDI.

12. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Área	31/03/2016
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m ²	274.400
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial – Taguatinga	10.500 m ²	896
Prédio	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 – Setor Industrial, Taguatinga	1.040 m ²	673
Total			275.969

Os ativos estão reconhecidos pelo menor valor entre o contábil e o valor justo, menos as despesas de venda.

A CEB Distribuição S.A. fez duas tentativas de vendas de terrenos, mediante licitações, em 17 e 18 de agosto e 14 de outubro de 2015. Não compareceram proponentes, restando desertos os certames licitatórios.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. INVESTIMENTOS

13.1 Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Avaliados por Equivalência Patrimonial	607.970	653.150	349.507	348.612
Propriedade Para Investimento			145	145
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	3.232	3.232	3.232	3.232
Outros	1.761	1.761	1.761	1.761
Total	612.963	658.143	354.645	353.750

13.2 Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	31/03/2016	31/12/2015
CEB Distribuição S.A.	580.532	313.295	100,00	100,00	350.532.450	313.295	348.093
CEB Lajeado S.A.	145.656	341.329	59,93	59,93	82.013.911	112.519	118.354
Corumbá Concessões S.A.	235.259	151.546	45,20	9,30	256.009.911	69.831	70.697
Energética Corumbá III S.A.	119.373	158.104	37,50	25,00	45.594.783	59.289	58.429
CEB Participações S.A.	41.271	37.254	100,00	100,00	41.270.415	37.254	43.813
CEB Geração S.A.	7.575	15.653	100,00	100,00	7.575.212	15.653	13.604
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	4.921	765	17,00	51,00	30.600	129	160
Total						607.970	653.150

A diferença do investimento registrado na Companhia e o resultado da aplicação do percentual de 59,93% sobre o patrimônio líquido da CEB Lajeado S.A. é devido ao registro, no patrimônio líquido da Empresa, de partes beneficiárias no valor de R\$ 151.225 emitidas a favor da Eletrobrás S.A., que integrou a negociação da reestruturação societária da Investco S.A.. As partes beneficiárias deverão ser convertidas em ações preferenciais ao final do período de concessão. A composição do investimento da Companhia na controlada CEB Lajeado S.A. e nas demais investidas está detalhada nos quadros seguintes:

Composição do Patrimônio Líquido da CEB Lajeado S.A	Patrimônio Líquido	Investimento Registrado	Não Controlador
Capital Social	145.656	87.291	58.365
Reservas de Capital (Partes Beneficiárias)	151.225		151.225
Reservas de Lucros	43.841	24.892	18.949
Reserva Legal	16.147	9.404	6.743
Dividendos Adicionais Propostos	27.694	15.486	12.208
Ajuste de Avaliação Patrimonial	71	39	32
Lucros Acumulados	536	299	237
Total	341.329	112.519	228.810

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB e Controladas	Valor Contábil	
						31/03/2016	31/12/2015
Corumbá Concessões S.A.	218.966	151.546	47,55	9,30	269.294.911	73.455	74.366
Investco S.A.	804.459	1.055.331	20,00	20,00	133.563.595	216.763	215.817
Energética Corumbá III S.A.	119.373	158.104	37,50	25,00	45.594.783	59.289	58.429
Total						349.507	348.612

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2.1 Informações financeiras resumidas

Investidas	31/03/2016			31/12/2015		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	2.670.298	2.357.003	529.487	2.735.962	2.387.869	2.379.220
Corumbá Concessões S.A.	724.709	573.163	37.417	732.330	578.868	141.554
CEB Lajeado S.A.	379.325	38.003	28.762	397.619	45.864	112.016
Energética Corumbá III S.A.	232.298	74.356	9.538	230.966	75.317	36.523
CEB Participações S.A.	38.976	1.722	4.341	45.802	1.989	14.717
CEB Geração S.A.	19.700	4.048	4.340	17.311	3.709	14.491
Companhia Brasileira de Gás S.A.	2.086	561	344	1.217	274	4.375

13.2.2 Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	31/03/2016	31/03/2016	31/12/2015	31/12/2015
CEB Distribuição S.A.	4.785	4.785	75.664	75.664
CEB Lajeado S.A.	536	296	43.888	24.544
Energética Corumbá III S.A.	2.293	860	5.773	2.164
CEB Geração S.A.	2.050	2.050	7.458	7.459
Corumbá Concessões S.A.	(1.916)	(866)	(38.628)	(17.465)
CEB Participações S.A.	3.441	3.441	779	779
Companhia Brasileira de Gás S.A.	(177)	(30)	(443)	(76)
Total	11.012	10.536	94.491	93.069

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás S.A. rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

13.2.3 Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora							Total
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	49.988	106.309	88.162	56.773	43.321	12.282	236	357.071
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(12.515)		(541)	(444)	(6.137)		(19.637)
Resultado de Equivalência Patrimonial	75.664	24.544	(17.465)	2.164	779	7.459	(76)	93.069
Efeitos da Lei 12.973/2014 em Coligada	36.000							36.000
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	186.441	16			157			186.614
Ganho na Variação de Percentual				33				33
Saldo em 31 de dezembro de 2015	348.093	118.354	70.697	58.429	43.813	13.604	160	653.150
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(6.130)						(6.130)
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.785	296	(866)	860	3.441	2.050	(30)	10.536
Redução de Capital					(10.000)			(10.000)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	13.000							13.000
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(52.582)							(52.582)
Ganho na Variação de Percentual								
Saldo em 31 de março de 2016	313.295	112.523	69.831	59.289	37.254	15.653	130	607.970

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investidas	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	228.118	92.578	56.773	377.469
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(26.319)		(541)	(26.860)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.992	(18.369)	2.164	(2.213)
Efeitos da Lei 12.973/2014		157		157
Ganho na Variação de Percentual	26		33	59
Saldo em 31 de dezembro de 2015	215.817	74.366	58.429	348.612
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(4.751)			(4.751)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.697	(911)	860	5.646
Efeitos da Lei 12.973/2014				
Ganho na Variação de Percentual				
Saldo em 31 de março de 2016	216.763	73.455	59.289	349.507

13.3 Propriedade para investimento

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, a controlada CEB D transferiu os bens que estavam registrados na rubrica de ativo não circulante mantidos para venda, para a rubrica de propriedade para investimento. No primeiro evento, foi contemplado o imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR I55/1/DF e, no segundo, os demais bens, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 31, item 8, que determina que em caso de não realização da venda do ativo no prazo de 1 ano, este deve ser reclassificado para o imobilizado ou para o investimento, dependendo da intenção do destino a ser dado ao ativo pela Administração.

Em 2015, a Companhia, iniciou novos procedimentos licitatórios demonstrando a firme intenção de alienações de imóveis, razão pela qual, o terreno localizado no Setor Noroeste, bem como outros imóveis foram transferidos para a rubrica de ativo não circulante mantido para venda (Nota Explicativa nº 13).

Os bens registrados em propriedade para investimento são avaliados pelo custo.

O valor justo dos bens foi obtido por meio de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado			Data da Avaliação
			Valor Contábil		Valor Justo	
			31/03/2016	31/12/2015		
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M – Guará	1.200 m ²	20	20	2.229	fev/16
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul , Quadra Interna 13, Lote "G" – Lago Sul	1.600 m ²	126	126	3.246	fev/16
Total			146	146	5.475	

13.4 Participação dos acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 229.440, dos quais, R\$ 228.805 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 635 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás S.A..

A seguir estão apresentadas as informações contábeis das controladas:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.4.1 CEB Lajeado S.A.

Balanco Patrimonial	31/03/2016	31/12/2015
Circulante	46.852	63.091
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.382	15.869
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	25.464	34.522
Juros Sobre Capital Próprio a Receber	10.859	6.051
Demais Créditos	9.147	6.649
Não Circulante	332.473	334.528
Títulos a Receber – Investco S.A.	1.136	1.137
Repactuação do Risco Hidrológico	14.459	16.086
Demais Créditos	1.268	1.275
Investimentos	216.763	215.817
Imobilizado	131	136
Intangível	98.606	100.077
Total de Ativo	379.325	397.619
Circulante	38.003	45.863
Contas a Pagar	12.711	5.458
Tributos e Contribuições Sociais	472	16.155
Obrigações Societárias	18.893	18.834
Demais Obrigações	5.927	5.416
Patrimônio Líquido	341.322	351.756
Total Passivo	379.325	397.619
Demonstração de Resultado	31/03/2016	31/12/2015
Receita Operacional Líquida	28.762	112.016
Custo com Energia e Operação	(31.706)	(55.653)
Despesas Operacionais	(2.199)	(8.428)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.697	13.993
Receitas Financeiras Líquidas	(1.648)	4.071
Imposto de Renda/Contribuição Social	1.689	(17.235)
Partes Beneficiárias	(59)	(4.876)
Lucro Líquido do Exercício	536	43.888

13.4.2 Companhia Brasileira de Gás S.A.

Balanco Patrimonial	31/03/2016	31/12/2015
Circulante	431	468
Caixa e Equivalentes de Caixa	203	250
Contas a Receber	227	109
Demais Créditos	1	109
Não Circulante	688	749
Demais Créditos	46	45
Imobilizado	9	4
Intangível	633	700
Total de Ativo	1.119	1.217
Circulante	353	274
Fornecedores	255	201
Tributos e Contribuições Sociais	66	45
Folha de Pagamento	25	21
Demais Obrigações	8	7
Patrimônio Líquido	765	943
Total Passivo	1.119	1.217

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração de Resultado	31/03/2016	31/12/2015
Receita Operacional Líquida	967	4.375
Custo dos Serviços Prestados	(921)	(4.004)
Despesas Operacionais	(229)	(850)
Receitas Financeiras Líquidas	6	36
Prejuízo do Exercício	(177)	(443)

13.5 Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de ativo, passivo e resultado estão mostrados nos quadros seguintes:

Balanco Patrimonial	31/03/2016	31/12/2015
Circulante	14.189	10.451
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.933	3.799
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	3.427	5.862
Demais Créditos	829	790
Não Circulante	218.109	220.514
Fundos Vinculados	4.111	4.007
Demais Créditos	4.247	5.775
Imobilizado	205.499	206.430
Intangível	4.252	4.302
Total de Ativo	232.298	230.966
Circulante	11.962	11.019
Fornecedores	1.275	461
Tributos e Contribuições Sociais	474	528
Empréstimos e Financiamentos	7.310	7.318
Dívidas com Pessoas Ligadas	647	596
Demais Obrigações	2.255	2.116
Não Circulante	62.395	64.297
Dívidas com Pessoas Ligadas	9.069	9.069
Empréstimos e Financiamentos	46.371	48.160
Bens de Uso Público	6.561	6.675
Demais Obrigações	393	393
Patrimônio Líquido	157.942	155.649
Total Passivo	232.298	230.966

Demonstração de Resultado	31/03/2016	31/12/2015
Receita Operacional Líquida	9.538	36.524
Custo com Energia	(2.973)	(11.305)
Custos de Operação	(1.979)	(9.343)
Despesas Operacionais	(892)	(3.230)
Despesas Financeiras Líquidas	(1.083)	(5.771)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(318)	(1.318)
Lucro Líquido do Exercício	2.293	5.557

13.6 Operações controladas em conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com outro acionista no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de ativo e passivo são como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial	31/03/2016	31/12/2015
Circulante	441	436
Caixa e Equivalentes de Caixa	782	75
Demais Créditos	(342)	361
Não Circulante	111.822	112.790
Imobilizado/Intangível	111.822	112.790
Total de Ativo	112.263	113.226
Circulante	206	193
Fornecedores	148	124
Tributos e Contribuições Sociais	58	69
Não Circulante	6.460	6.460
Outras Obrigações	6.460	6.460
Patrimônio Líquido	105.597	106.573
Total Passivo	112.263	113.226

13.7 Resultado de equivalência patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas informações consolidadas do Grupo.

14. IMOBILIZADO

14.1 Movimentação

Eventos	Controladora						
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Custo do Imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.130	2.463	706	97	369		16.765
Baixas				(97)			(97)
Transferências			(384)				(384)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.130	2.463	322		369		16.284
Saldo em 31 de março de 2016	13.130	2.463	322		369		16.284
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(249)	(249)	(97)	(222)		(817)
Depreciação		(97)	(32)		(34)		(163)
Baixas				97			97
Transferências			90				90
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(346)	(191)		(256)		(793)
Depreciação		(25)	(8)		(5)		(37)
Saldo em 31 de março de 2016		(371)	(199)		(261)		(830)
Imobilizado Líquido – 31/03/2016	13.130	2.092	123		108		15.453
Imobilizado Líquido – 31/12/2015	13.130	2.117	131		113		15.491
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%		

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado									
	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	14.097	13.828	21.206	46.507	18.915	9.456	164	56.251	180.424
Adições			677	21	1.386		1	46.316	48.401
Baixas				(532)	(1.066)	(2)		(56.426)	(58.026)
Transferências				(330)			(58)	(234)	(622)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.097	13.828	21.883	45.666	19.235	9.454	107	45.907	170.177
Adições				7				12.103	12.110
Baixas								(5.775)	(5.775)
Transferências				77		(19)	(58)		-
Saldo em 31 de março de 2016	14.097	13.828	21.883	45.692	19.235	9.435	105	52.237	176.512
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(3.801)	(9.282)	(29.866)	(10.910)	(3.718)	(133)		(57.710)
Depreciação		(296)	(1.306)	(1.581)	(1.468)	(578)	(4)		(5.233)
Baixas				307	1.504				1.811
Transferências				68			40		108
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(4.097)	(10.588)	(31.072)	(10.874)	(4.296)	(97)		(61.024)
Depreciação		(74)	(156)	(391)	(507)	(129)	(4)		(1.261)
Transferências				(72)	-	16	58	4	8
Saldo em 31 de março de 2016		(4.171)	(10.744)	(31.535)	(11.381)	(4.409)	(43)	4	(62.279)
Imobilizado Líquido – 31/03/2016	14.097	9.657	11.139	14.215	7.854	5.026	6	52.239	114.233
Imobilizado Líquido – 31/12/2015	14.097	9.731	11.295	14.594	8.361	5.158	10	45.907	109.153
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

14.2 Valores oferecidos em garantias

A Companhia ofereceu os terrenos localizados no Setor Norte, A-E 1N, Lotes G e H – Brazlândia-DF, em garantia de litígios fiscais junto a Receita Federal de Brasil. Os terrenos estão avaliados conforme laudo pelo valor total de R\$ 2.215.

15. INTANGÍVEL

Controladora	
	Direito de Uso de Software
Custo do Intangível	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	83
Saldo em 31 de março de 2016	83
Amortização Acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(21)
Amortizações	(4)
Saldo em 31 de março de 2016	(25)
Intangível Líquido – 31/03/2016	58
Intangível Líquido – 31/12/2015	62

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado						
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis		Direito de Exploração da Concessão	Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso		
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	261.028	5.746	53.435	17.440	158.946	496.595
Adições	120.340	105.662		9.680		224.522
Baixas	(16)	(106.078)				(106.094)
Transferências	874.590	(2.835)	6.716	(6.499)		883.132
Obrigações Especiais	(16.687)					(16.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.239.255	2.495	60.151	20.621	158.946	1.481.468
Adições	-	6.089	-	(1)		6.088
Baixas	-	-		(314)		(314)
OE's – Ult. de Demanda e Exc. de Reativos	-	(646)				(646)
Saldo em 31 de março de 2016	1.239.255	7.938	60.151	20.306	158.946	1.486.596
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(237.881)		(48.011)		(52.982)	(338.874)
Amortizações	(36.002)		(4.353)		(5.887)	(46.242)
Transferências			(217)			(217)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(273.883)		(52.581)		(58.869)	(385.333)
Amortizações	(11.884)		(81)		(1.472)	(13.437)
Saldo em 31 de março de 2016	(285.767)		(52.662)		(60.341)	(398.770)
Intangível Líquido – 31/03/2016	953.488	7.938	7.489	20.306	98.605	1.087.826
Intangível Líquido – 31/12/2015	965.092	2.775	7.570	20.621	100.077	1.096.135

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável (concessão).

15.1 Direito de exploração de concessão de geração

A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A., detentora do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito se trata de uma operação de reestruturação societária que foi decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado S.A. o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe R, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco S.A., totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco S.A. com a Eletrobrás. Do total de R\$ 213.452, R\$ 54.506 representam o valor patrimonial das ações detidas na Investco S.A. pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão, em conformidade com o disposto no art. 1, § 2º, alínea b da Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998. O total do ágio, R\$ 158.946 mil, a ser amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resulta em R\$ 5.887 mil de amortização ao ano.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Suprimento de Energia Elétrica			263.135	281.341
Materiais e Serviços	4.993	2.213	34.781	56.547
Encargos de Uso de Rede Elétrica			42.675	9.918
Fornecedores de Gás			243	189
Total	4.993	2.213	340.834	347.995
Circulante	4.993	2.213	316.831	322.035
Não Circulante			24.003	25.960

16.1 Eventos não recorrentes que impactaram a rubrica de suprimento de energia elétrica:

16.1.1 Diferença de tarifa de energia de Angra I e Angra II – Eletronuclear

Corresponde à diferença de tarifa proveniente de alteração na regulamentação por parte da ANEEL, estabelecendo nova metodologia para cálculo da tarifa entre Furnas e Eletronuclear. A Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, definiu que o diferencial entre essas tarifas seria rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. O valor do diferencial a que se refere o artigo 12º da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, apresentado por último pela Resolução nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, que competia à CEB D, era de R\$ 11.552, sujeito a encargos financeiros com base na variação do IPCA. O valor foi liquidado em 2015 e o montante totalizou R\$ 13.522.

16.1.2 Parcelamento Itaipu Binacional

Em junho de 2015 a CEB D possuía um passivo de USD 43.267, referente a faturas pendentes de pagamento da Energia do Repasse de Itaipu inadimplidas até a data de 28 de fevereiro de 2015. Após negociação com a Eletrobrás, em 15 de julho de 2015 foi efetuado o pagamento de USD 21.448, o correspondente a R\$ 67.220.

O saldo remanescente de USD 21.819 foi negociado em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento todo o dia 30 de cada mês, devendo o primeiro pagamento ser efetuado a partir da data de eficácia do contrato. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios de 1% ao mês, calculados *pro rata die*.

Em 31 de março de 2016, o saldo devedor do parcelamento totalizou USD 15.428 (R\$ 50.905).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**17.1 Resumo das obrigações tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	97.382	97.384	241.321	249.552
Outros Tributos	227	1.135	275.749	288.738
Total	97.609	98.519	517.070	538.290
Circulante	339	1.250	255.106	264.796
Não Circulante	97.270	97.269	261.964	273.494

17.1.1 Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.596	71.522	177.343	183.315
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.787	25.862	63.978	66.237
Total	97.382	97.384	241.321	249.552
Circulante	113	115	14.169	13.336
Não Circulante	97.269	97.269	227.152	236.216

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. Também é considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

O quadro seguinte detalha a apuração do IRPJ e da CSLL:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	5.707	(57.491)	5.707	(57.491)	9.201	(33.376)	9.201	(33.376)
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(5.646)	(2.353)	(5.646)	(2.353)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(5.822)	(1.400)	(5.822)	(1.400)
Total do Resultado Tributável	5.707	(57.491)	5.707	(57.491)	(2.267)	(37.129)	(2.267)	(37.129)
Equivalência Patrimonial	(10.536)	56.712	(10.536)	56.712				
Adições(exclusões)permanentes	-	77	-	77	54.175	2.605	54.175	2.605
Adições(exclusões)temporárias	4.497	(540)	4.497	(540)	5.262	(62.852)	5.262	(62.852)
Total	(332)	(1.242)	(332)	(1.242)	57.170	(97.376)	57.170	(97.376)
(-)Compensação prejuízo fiscal	-		-		(17.151)		(17.151)	
Base de cálculo	(332)	(1.242)	(332)	(1.242)	40.019	(97.376)	40.019	(97.376)
Alíquota aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-	10.005	-	3.602	-
IRPJ/CSLL - Controladora e Controladas	-	-	-	-	-	704	-	256
IRPJ - Lucro Presumido	-	-	-	-	347	325	161	150
Ajustes IRPJ/CSLL do período	-	(244)	-	(87)	11	(244)	-	(87)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(244)	-	(87)	10.341	785	3.763	319
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-	(10.309)	16.299	(446)	5.868
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(244)	-	(87)	32	17.084	3.317	6.187

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Passivo fiscal diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota Explicativa nº 13). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB D, como aporte de capital e está registrado como ativo não circulante mantido para venda. Outros eventos que geraram o reconhecimento de passivos fiscais diferidos foram: o ganho sobre o reconhecimento do VNR (Valor Novo de Reposição) do ativo financeiro indenizável; e sobre os ativos e passivos regulatórios, reconhecidos na CEB D de acordo com a OCPC 08. A realização dos passivos fiscais diferidos ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pela realização do ativo financeiro indenizável e pela realização dos ativos e passivos regulatórios.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	167.011	173.676
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.747	60.141	62.540
Total	97.269	97.269	227.152	236.216
Não Circulante	97.269	97.269	227.152	236.216

17.1.2 Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (a)			223.649	223.830
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social- COFINS	118	645	40.343	46.344
Programa de Integração Social – PIS	26	139	9.628	10.039
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS		271		3.305
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	83	31	2.129	1.589
Outros		49		6.936
Total	227	1.135	275.749	288.738
Circulante	227	1.135	240.937	251.460
Não Circulante			34.812	37.278

(a) Em 25 de novembro de 2010, atendendo demanda da CEB Distribuição S.A., foi baixado o Decreto nº 32.514, que autorizou o adiamento em três meses do pagamento do ICMS de cada mês, a partir dos fatos geradores praticados em outubro daquele ano, estabelecendo o dia 20 como vencimento. Os valores postergados sofreram apenas atualização monetária por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, portanto, sem a incidência de juros e multas decorrentes das postergações.

Em 20 de dezembro de 2013, foi publicado o Decreto nº 4.990, que autorizou a mudança do vencimento do dia 20 para o penúltimo dia útil, mantendo o adiamento de três meses e a cobrança apenas da correção monetária.

Em 27 de agosto de 2014, o GDF formalizou medidas de compensação das eventuais perdas financeiras pela não aplicação total do reajuste tarifário de 2014, editando o Decreto nº 35.762, que tratou do débito da CEB Distribuição S.A. relativo ao pagamento de ICMS sobre o fornecimento de energia. Neste diploma legal, foi reconhecido o valor de R\$ 119.633 que corresponde ao valor histórico deste débito acrescido de correção monetária pelo INPC, não sofrendo assim, a incidência de multas e juros. Adicionalmente, no âmbito do mesmo decreto, foi autorizado o parcelamento deste montante em 10 vezes, corrigido pelo INPC. Em julho de 2015, a CEB Distribuição S.A. realizou a quitação do parcelamento.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF), sendo o saldo não repassado atualizado pelo INPC.

Em 31 de março de 2016 o montante a repassar ao GDF foi de R\$ 267.082 e apresentava a seguinte movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	245.195
Faturamento Arrecadado	137.172
Faturamento não Arrecadado	20.011
Atualização Monetária	7.244
Repasses ao Governo do Distrito Federal	(142.473)
Saldo em 31 de março de 2016	267.149
Circulante	162.551
Não Circulante	104.598

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R\$ 161.875 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês. Até 31 de março de 2016 foram amortizadas 14 prestações, no montante de R\$ 40.279.

A movimentação do valor do parcelamento da CIP é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	145.792
Amortização no Exercício	(9.025)
Atualização no Exercício	4.748
Saldo em 31 de março de 2016	141.516
Circulante	36.918
Não Circulante	104.598

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Superávit de Baixa Renda (a)	127.303	123.291
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	100.297	93.674
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	84.765	83.909
Total	312.365	300.874
Circulante	121.179	118.605
Não Circulante	191.186	182.269

(a) Superávit de baixa renda

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

O assunto está em discussão entre a Distribuidora e o Órgão Regulador. A ANEEL entende que o valor ainda é exigível, e solicitou instrução de processo específico para apurar a conduta da CEB Distribuição S.A. e submeter à deliberação da Diretoria. A Administração da Companhia tem posição contrária, por considerá-lo decadente.

(b) Obrigações de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao Ministério de Minas e Energia – MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e ao P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005; nº 219, de 11 de abril de 2006; nº 300, de 12 de fevereiro de 2008; e nº 316, de 13 de maio de 2008, além do Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 01 de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Programa de Eficiência Energética – PEE	66.459	68.559
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	31.088	23.917
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	2.013	799
Ministério de Minas e Energia – MME	737	399
Total	100.297	93.674

(c) Encargos do consumidor a recolher

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás, em 2015, no montante de R\$ 391.473. Em 31 de março de 2016, os montantes devidos pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás totalizaram R\$ 114.394. Os valores de CDE foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A..

20. DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	Balanço Patrimonial			Demonstração do Resultado	
						Circulante	Não circulante	Total	Encargos Incorridos	Encargos Pagos
1ª Emissão - Série Única	1300	CDI + 6,8%	CDI + 6,8%	Parcelas mensais a partir de junho de 2016.	Recebíveis + Alienação de imóvel	15.918	114.082	130.000		
Encargos						533		533	6.283	(6.283)
Custos da Emissão						(436)	(1.511)	(1.947)	216	
						16.015	112.571	128.586	6.499	(6.283)

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Consolidado
2017	31.824
2018	31.824
2019	31.824
2020	17.099
Total	112.571

Condições restritivas: Qualquer operação de FIDC a ser realizada pela CEB Distribuição S.A. restringe-se ao Banco *Credit Suisse*.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Consolidado		Encargos
	31/03/2016	31/12/2015	
Eletrobrás	6.206	9.325	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (Finame)	3.757	4.008	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	51.284	54.849	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil	33	1.413	CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A.	94.497	94.497	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	26.624	28.029	5% a.a + TJLP
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	18.254	19.092	5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	38.958	40.436	6% a.a
Banco Daycoval	9.487	11.720	0,5% a.m + CDI CETIP
Banco BCV	15.503	16.663	6,5% a.a + CDI CETIP
Custo de Transação	(1.088)	(1.088)	
Total	263.459	278.944	
Circulante	40.489	55.325	
Não Circulante	222.970	223.619	

A CEB D firmou o contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal, por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, objetivando suprir investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição, em atendimento a projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014. A liberação dos recursos ocorreu no mês de setembro de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Distribuidora, tendo o Distrito Federal como Interveniante Garantidor e o Banco de Brasília S.A., como Interveniante Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$ 33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425.

O financiamento tem carência de vinte quatro meses e pagamento mensal dos juros.

21.1 Garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB Distribuição S.A..

21.2 Covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos da CEB D, com exceção do financiamento da Eletrobrás, possuem cláusulas restritivas (*covenants*) não financeiras de vencimento antecipado. Em 31 de março de 2016, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamento vigentes foram cumpridas pela Companhia.

Em junho de 2015, foi autorizada a alteração do Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES, para que fossem postergados os prazos de comprovação da prorrogação do Contrato de Concessão, a ser celebrado entre a CEB D e a ANEEL, contemplando o período de 07 de julho de 2015 até 15 de janeiro de 2016.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também no âmbito do contrato firmado com a Caixa Econômica Federal, foi negociada a cláusula restritiva vinculada à ampliação do prazo de prorrogação da Concessão para 7 de janeiro de 2016, anteriormente previsto para 7 de julho de 2015.

Entretanto, em 9 de dezembro de 2015, foi formalizada a prorrogação da concessão da CEB Distribuição S.A..

As composições dos empréstimos, por indexadores, com as respectivas amortizações, estão resumidas a seguir:

Indexadores	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
UFIR/IGPM	5.339	348	174	147	198	6.206
CDI	5.874	45.547	28.713	24.154	15.177	119.465
TJLP	20.229	21.650	18.500	11.894	9.392	81.665
UBNDES	3.284	3.857	3.857	3.857	3.400	18.255
6% a.a.	4.098	4.678	4.678	4.678	20.824	38.956
Total por indexador	38.823	76.080	55.922	44.730	48.991	264.547
Custo de Transação						(1.088)
Total Líquido do Custo de Transação						263.459

21.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Empréstimo e Financiamentos	Custo de Transação	Empréstimos e Financiamentos Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	280.032	(1.088)	278.944
Empréstimos e Financiamentos Obtidos			
Encargos Incorridos no Período	8.112		8.088
Custo de Transação			
Encargos Financeiros Pagos	(9.017)		(9.017)
Amortizações de Principal	(14.577)		(14.577)
Fundo de Reversão Aplicado	(3)		(3)
Saldo em 31 de março de 2016	264.547	(1.088)	263.459

22. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Governo do Distrito Federal	18.623	18.623	18.623	18.623
Eletrobrás			5.245	5.245
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			6.993	6.934
Outros Acionistas	69	69	69	69
Total	18.692	18.692	30.930	30.871
Circulante	18.692	18.692	30.930	30.871

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Provisão de Férias	55	67	11.536	11.547
			2.096	
Encargos Sobre Provisões	40	86	9.809	11.117
Abono Assiduidade			5.529	5.559
Participação nos Lucros			12.141	12.113
Outros			(821)	182
Total	95	153	40.290	40.518
Circulante	95	153	40.290	40.518

24. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

24.1 Planos de benefícios

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela previdência social aos empregados da CEB D, da FACEB e de seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano de Saúde da CEB – Assistencial	Assistência médica	Benefício definido	CEB D
Plano CEB-Saúde	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciários foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido. O plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A CEB D mantém junto à FACEB dois planos previdenciários, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a Empresa mantém para os seus empregados e familiares, planos de saúde que são administrados pela FACEB. No plano CEB-Saúde, a participação da controlada está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas. Dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde da CEB – Assistencial é administrado pela FACEB na forma de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Participam do plano, parte dos empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de coparticipação pelos usuários, no momento em que o utilizam, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes ao plano previdenciário e plano de saúde; de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e sete meses; informações contábeis posicionadas em 29 de fevereiro de 2016; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo quanto aos planos previdenciários, de assistência e demissão são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Plano de Previdência	100.856	44.613
Plano de Assistência	33.659	46.478
Total	134.515	91.091
Circulante	73.724	69.465
Não Circulante	60.791	21.626

Os montantes no resultado relativos aos planos previdenciários e de assistência são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Previdência	812	5.395
Assistência	8.735	34.627
Total	9.547	40.022

24.2 Planos previdenciário e assistencial

As movimentações a valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Valor Presente das Obrigações Atuariais				
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Exercício	(1.106.216)	(1.137.535)	(28.564)	(305.787)
Custo do Serviço Corrente	(1.836)	(9.486)	(40)	(174)
Custo de Juros	(23.231)	(136.163)	(600)	(36.603)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(103.631)	100.553	(10.789)	281.468
Benefícios Pagos Pelo Plano	14.328	76.415	6.333	32.532
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.220.585)	(1.106.216)	(33.660)	(28.564)

Análise da obrigação atuarial dos planos:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.220.585	1.106.216	33.660	28.564
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.133.562)	(1.098.956)		
Valor Presente da Obrigação Coberta	1.133.562	1.098.956		
Valor Presente da Obrigação Sem Cobertura	87.023	7.260	33.660	28.564
Status dos Planos	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado	Sem Cobertura	Sem Cobertura

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Valor Justo dos Ativos dos Planos				
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	1.098.956	1.108.746		
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	23.078	132.717		
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Patrocinador	6.467	38.199	6.333	32.532
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes	1.889	6.291		
Benefícios Pagos Pelo Fundo	(14.328)	(76.415)	(6.333)	(32.532)
Ganhos/(Perda) Atuariais	17.500	(110.582)		
Valor Justo dos Ativos dos Planos no Final do Período	1.133.562	1.098.956		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	31/03/2016	31/12/2015
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial		
Valor Presente da Obrigação Atuarial	87.023	7.260
Ganhos/(Perdas) Atuariais não Reconhecidos (item 92)		
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período (Saldo da Dívida com a FACEB)	41.635	44.608
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (Ativo) Reconhecido no Início do Exercício	7.260	28.789
Contribuições Aportadas no Plano	(6.467)	(38.199)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	86.131	10.029
Despesas do Exercício	99	6.641
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	87.023	7.260

	Plano Assistencial	
	31/03/2016	31/12/2015
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial		
Valor Presente da Obrigação Atuarial sem Cobertura	33.660	28.564
Ganhos/(Perdas) Atuariais não Reconhecidos (item 92)		
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período	25.833	277.791
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (ativo) Reconhecido no Início do Exercício	28.564	305.787
Contribuições Aportadas no Plano	(6.333)	(32.532)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	10.789	(281.468)
Despesas do Exercício	640	36.777
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	33.660	28.564

24.2.1 Plano previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.220.585 que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.133.562 resultou em um déficit de R\$ 87.023, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial. Atualmente, a CEB Distribuição S.A. tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 41.635, relativo ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 29 de fevereiro de 2016. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.152.584) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 3.603); exigível contingencial (R\$ 5.024); e fundos (R\$ 10.395), resultando no valor justo de R\$ 1.133.562, uma vez que essas parcelas do ativo

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 29 de fevereiro de 2016, um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2015, se deve à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/03/2016	31/12/2015
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.220.585	1.106.216
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.133.562)	(1.098.956)
Resultado	87.023	7.260

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2016, calculada com base nos custos normais; no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial; nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano; e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

	2016
Custo do Serviço Corrente	8.762
Custo dos Juros	146.860
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(145.896)
Contribuições dos Participantes	(5.977)
Total da Despesa Estimada	3.749

24.2.2 Plano de Benefícios CEBPREV

O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S.A..

Conforme o balancete desse plano posicionado em 29 de fevereiro de 2016, as provisões matemáticas de benefícios a conceder são iguais a R\$ 22.502 e o patrimônio de cobertura do plano é de R\$ 22.502, comprovando o equilíbrio atuarial do citado plano de benefícios. Não existem benefícios concedidos no plano na data desta reavaliação e, além do patrimônio de cobertura do plano, existem fundos previdenciais no montante de R\$ 560 para dar suporte à solvência do plano de benefícios.

24.2.3 Plano CEB-Saúde

O plano CEB-Saúde não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S.A., bem como das demais associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2.4 Plano de saúde da CEB – Assistencial

Este plano é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB, bem como os dependentes desses grupos, tendo ainda direito à remissão, o cônjuge ou companheiro, após o falecimento do titular.

As coberturas do plano permitem enquadrá-lo na segmentação assistencial hospitalar com obstetrícia e odontologia.

O custeio do plano é feito mediante o pagamento de coparticipação pelos usuários, no momento em que o utilizam, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas.

Em 1º de setembro de 2015, a CEB obteve uma importante modificação na responsabilidade que lhe é atribuída com relação aos aposentados e pensionistas vinculados ao plano de saúde da CEB – Assistencial: foi julgada a ADI nº 2014002032055-2, cujo acórdão, publicado em 25 de setembro de 2015, declarou a inconstitucionalidade da lei distrital que garantia o plano de saúde para os aposentados e pensionistas. Foi mantida, contudo, a cobertura assistencial por um período de 18 meses, contados da publicação do acórdão, cujo prazo se encerrará em março de 2017 (Nota Explicativa nº 1.4.1.1(ix)).

A avaliação atuarial do plano de saúde da CEB – Assistencial, posicionada em 29 de fevereiro de 2016, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R\$ 33.660. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a obrigação atuarial calculada em 29 de fevereiro de 2016 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R\$ 1.559; b) passivo de longo prazo dos ativos: R\$ 1.283; c) passivo de curto prazo dos assistidos: R\$ 20.045; e d) passivo de longo prazo dos assistidos: R\$ 10.773.

O passivo líquido em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 28.564 e, computadas as variações ocorridas em 2016, conforme demonstradas nos quadros anteriores, têm-se um passivo líquido calculado atuarialmente em 29 de fevereiro de 2016 de R\$ 33.660, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o plano CEB-Assistencial.

A variação na obrigação atuarial decorreu da modificação na taxa de juros, que passou de 7,34% para 6,59%, e do aumento no custo assistencial médio, o qual aumentou de R\$ 618,54 para R\$ 641,49.

Despesa estimada para o exercício seguinte:

	2016
Custo do Serviço Corrente	183
Custo dos Juros	3.792
Total da Despesa Estimada	3.975

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/03/2016	31/12/2015
Valor Presente da Obrigação Atuarial	33.660	28.564
Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-
Resultado	33.660	28.564

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração dos resultados:

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Valores Reconhecidos na DRE				
Custo do Serviço Corrente	1.836	9.486	40	174
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes	(1.889)	(6.291)		
Custo de Juros	23.231	136.163	600	36.603
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(23.078)	(132.717)		
Total da (Despesa)/Receita Reconhecida no Período	99	6.641	640	36.777

O quadro a seguir mostra as estatísticas dos planos de benefícios conforme dados cadastrais:

	31/03/2016	31/12/2015
Ativos		
Quantidade	506	506
Idade Média	50,43	50,27
Tempo Médio de Serviço (anos)	25,27	25,10
Tempo Médio Esperado de Serviço Futuro (anos)	6,31	6,48
Valor do Salário Médio (R\$)	11.855,28	11.855,28
Aposentados		
Quantidade	1.074	1.074
Idade Média	66,36	66,20
Benefício Médio (R\$)	5.473,39	5.473,39
Pensionistas		
Quantidade	322	322
Idade Média	64,24	64,07
Benefício Médio (R\$)	1.635,16	1.635,16

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa:

Composição dos Ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Disponível	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%
Renda Fixa	90,43%	89,81%	0,00%	0,00%
Renda Variável	0,38%	0,76%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	4,92%	5,06%	0,00%	0,00%
Investimentos Imobiliários	1,61%	1,66%	0,00%	0,00%
Empréstimos com Participantes	2,68%	2,72%	0,00%	0,00%
Outras Exigibilidades e Depósitos Judiciais	-0,05%	-0,02%	0,00%	0,00%
Total Percentual dos Ativos do Plano	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%

24.2.5 Premissas atuariais

Premissas Atuariais Adotadas	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Financeira				
Taxa de Juros Anual Para Cálculo do Valor Presente da Obrigação	6,59%	7,34%	6,59%	7,34%
Expectativa de Retorno do Valor Justo dos Ativos do Plano	12,48%	13,28%	12,48%	0,00%
Taxa Anual de Inflação	5,53%	5,53%	5,53%	5,53%
Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários	5,53%	5,53%	5,53%	5,53%
Taxa Nominal de Crescimento dos Benefícios do Plano	5,53%	5,53%	5,53%	5,53%
Taxa de Crescimento Nominal Anual dos Custos de Saúde	0,00%	0,00%	7,54%	7,00%

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas Atuariais Adotadas	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Demográficas				
Taxa de Rotatividade	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Tábua de Morbidez	Não Usada		Não Usada	
Idade de Aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.		Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição Familiar para Cálculo de Pensão e Reversão				
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem.			
Assistidos	Família informada no cadastro.			

Comparativo Evidenciando Retorno Esperado e o Retorno Real dos Ativos do Plano	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Taxa Nominal de Rendimento Esperada Sobre os Ativos do Plano	12,48%	13,28%	N/A	N/A

24.3 Contrato de dívida atuarial

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília – CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição S.A. assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram, desde então, a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade; décimo quarto salário; e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descreve-se: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; e prazo de amortização de 180 meses sucessivos.

24.3.1 Contrato de parcelamento do saldo devedor

Em abril de 2015, a CEB Distribuição S.A. e a FACEB celebraram acordo através de Contrato de Parcelamento de Contribuição Suplementar, correspondente ao saldo devedor remanescente em 1º de abril de 2015, no valor de R\$ 28.897, do contrato de dívida atuarial assinado em 27 de dezembro de 2001. Neste contrato de parcelamento, não foi contemplado o valor da variação monetária no montante de R\$ 12.722, ou seja, na celebração da avença, o valor que deveria ser parcelado seria de R\$ 41.619. A CEB Distribuição S.A. já está

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

realizando tratativas no sentido da alteração do contrato, para que o valor da diferença seja considerado no acordo.

No contrato celebrado, ficou pactuado que o saldo remanescente terá um período de carência de 15 meses e que neste período, incidirão juros equivalentes a 6% ao ano capitalizado mensalmente, bem como correção monetária calculada de acordo com a variação do INPC, ou índice que vier a substituí-lo. Ao fim do período de carência, o saldo devedor apurado em 1º de abril de 2015, devidamente atualizado e acrescido dos encargos previstos, será pago em 13 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 31 de dezembro de 2016.

As movimentações da dívida atuarial ocorreram conforme quadro a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	31.368	17.869	49.237
Amortização no Exercício	(15.221)		(15.221)
Atualização no Exercício	8.671	603	9.274
Transferências Para o Circulante	2.558	(2.558)	
Saldo em 31 de dezembro 2015	27.376	15.914	43.290
Amortização no Exercício	(3.757)		(3.757)
Atualização no Exercício	1.873		1.873
Transferências Para o Circulante	11.935	11.935	
Passivo em 31 de março de 2016	37.427	3.979	41.406

Valores calculados em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo é a seguinte:

	31/03/2016	31/12/2015
Contribuições Para o Plano	2.179	1.318
Contrato de Dívida	41.406	43.290
Total	43.585	44.608
Circulante	39.606	28.694
Não Circulante	3.979	15.914

Para o cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado, as contribuições a pagar. Dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit pactuado entre a Companhia e a FACEB.

24.4 Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa iniciado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II. Houve a adesão de 185 empregados que possuíam condições de se aposentar pelo INSS e que completariam as condicionantes da FACEB no período de 2006 a 2015. No exercício de 2015 o programa foi concluído.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

25.1 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios provisionados

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Regulatórias			54.664	53.024
Trabalhistas			4.468	9.048
Fiscais	8.375	8.356	8.375	8.356
Cíveis			5.866	8.139
Total	8.375	8.356	73.373	78.567
Circulante			6.707	9.168
Não Circulante	8.375	8.356	66.666	69.399

25.1.1 Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Controladora		
	Trabalhista	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	54	8.251	8.305
Constituições de Provisão	8		8
Pagamentos	(62)		(62)
Atualização Monetária		105	105
Saldo em 31 de dezembro de 2015		8.356	8.356
Constituições de Provisão	44		44
Pagamentos	(44)		(44)
Atualização Monetária		19	19
Saldo em 31 de março de 2016		8.375	8.375

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.959	7.500	8.251	59.655	84.365
Constituições de Provisão	3.295	2.484		1.022	6.801
Reversão de Provisão	(4.102)	(2.319)		(14.495)	(20.916)
Atualização Monetária	958	475	105	6.841	8.379
Pagamento	(62)				(62)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.048	8.140	8.356	53.023	78.567
Constituições de Provisão	570	3.168			3.738
Reversão de Provisão	(5.105)	(5.754)			(10.859)
Atualização Monetária	75	237	19	1.640	1.971
Pagamento	(44)				(44)
Saldo em 31 de março de 2016	4.544	5.791	8.375	54.663	73.373

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Demandas trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) Demandas cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) Demandas regulatórias

A CEB D discute nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) Demandas fiscais

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

25.2 Passivo Contingente – Risco possível

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 31 de março de 2016 está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Fiscais	37.262	37.262	37.262	37.262
Cíveis	586	85	1.362	806
Trabalhistas	0	24	1.557	1.372
Total	37.848	37.371	40.181	39.440

25.2.1 Demandas fiscais

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Parcelamento de Multa ANEEL			13.269	17.459
Consumidores	196	196	14.412	13.017
Consignações a Favor de Terceiros	301	54	12.284	4.630
Arrendamento			5.013	3.843
Repasses de Bandeiras Tarifárias				1.830
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos				764
Retenção de Quotas RGR			724	724
Cauções e Garantia	56		513	438
Adiantamento de Clientes				
Obrigações com Empresas Ligadas	167	167	140	
Outras Obrigações		6	1.209	2.545
Total	720	423	47.564	45.250
Circulante	720	423	36.586	33.421
Não Circulante			10.978	11.829

27. OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Ultrapassagem de Demanda	18.859	17.149
Excedente de Reativos	31.104	28.732
Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados (a)	69.912	71.665
Total	119.875	117.546
Não Circulante	119.875	117.546

(a) Valores recebidos antes do início do empreendimento e não aplicados.

27.1 Obrigações especiais – Receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos

A receita de ultrapassagem de demanda é oriunda de contratos de fornecimento com grandes consumidores de energia, no qual é definida a demanda a ser utilizada pela unidade consumidora. Caso a demanda realizada exceda a demanda contratada, a diferença é cobrada com base na tarifa de ultrapassagem de demanda que é bem superior às tarifas regulares. As tarifas de ultrapassagem de demanda possuem caráter de penalidade ao consumidor e visam o incentivo à não utilização da rede, além do que foi contratado, estando prevista no art. 93 da Resolução nº 14/2010.

A receita de excedente de reativos é uma penalidade ao consumidor decorrente da não instalação de equipamentos adequados para controle da energia reativa que podem prejudicar o funcionamento dos sistemas elétricos, gerando custos adicionais à rede distribuidora. O Órgão Regulador define um limite para essa energia reativa e, violado esse limite, a distribuidora cobra uma tarifa adicional de energia reativa excedente.

O procedimento de regulação tarifária (Proret 2.7) foi aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011. Neste procedimento, ficou definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, a partir do 3º ciclo de revisão tarifária periódica, deverão ser contabilizadas como obrigações especiais e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Em conformidade com o Despacho nº 4.991 da ANEEL, de 29 de dezembro de 2011, trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras. Em conformidade com o mencionado despacho, a

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CEB Distribuição S.A. efetuou o ajuste de receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, reduzindo as contas de receitas de fornecimento de energia, em contrapartida à conta de obrigações especiais.

Por determinação da ANEEL, essas receitas são reconhecidas como obrigações especiais, a partir da revisão tarifária do 3º ciclo. Este procedimento foi objeto de questionamento judicial pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, e a questão encontra-se em tramitação.

A CEB Distribuição S.A. está aguardando o julgamento da ação e tais valores estão provisionados em obrigações especiais e apresentados como obrigações vinculadas à concessão.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

Em setembro de 2015, a Companhia efetivou o aumento de capital no valor de R\$ 223.696, com a emissão de 5.232.925 ações, sendo 2.607.746 ações ordinárias e 2.625.179 ações preferenciais classe B.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	31/03/2016	31/12/2015
Ações Ordinárias	7.184.187	7.184.187
Ações Preferenciais	7.232.196	7.232.196
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.194	5.919.194
Total	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	539.760	586.635
Total	539.760	586.635
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação – Em (R\$)	37,44	40,69

28.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

28.2.1 Custo atribuído (*Deemed Cost*)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno – Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817	188.817
Saldo em 31 de março de 2016 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817	188.817

28.2.2 Ganhos/Perdas nas variações percentuais em participações societárias

(i) Energética Corumbá III S.A.

Em dezembro de 2011, foi contabilizada uma perda de capital por diluição de percentual no capital da controlada em conjunto Energética Corumbá III S.A.. O valor desta perda, apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial, foi de R\$ 847.

Em abril de 2013, houve novo aporte de capital, os quais não foram proporcionais às participações detidas por cada acionista. Este fato gerou uma perda de R\$ 31. Outro evento ocorrido no mesmo exercício, foi a declaração de dividendos destinados a CEB, que em relação ao percentual de participação total sobre o capital social da controlada, gerou um ganho de R\$ 47.

Em abril de 2014, os acionistas *Energ Power S.A.* e *Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.* realizaram aportes de capital no montante de R\$ 221. Esta operação, gerou um ganho de capital a favor da CEB no valor de R\$ 83. Ainda em 2014, houve ganho de R\$ 10, devido a diluição de percentual decorrente da declaração de dividendos da coligada Energética Corumbá III S.A..

Em abril de 2015, os acionistas *Energ Power S.A.* e *Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.* realizaram novo aporte de capital no montante de R\$ 87. Devido a esta operação, a CEB registrou um ganho de capital no valor de R\$ 33.

28.2.3 Perdas atuariais – Planos assistencial e previdenciário

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2013 perdas atuariais referente aos planos assistencial e previdenciário dos empregados da controlada CEB D, no montante de R\$ 165.240. O valor desta perda foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, de acordo com a regra estabelecida no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Em 31 de dezembro de 2015, o montante da perda atuarial foi revertido com base na declaração de inconstitucionalidade formal e material das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003 pelo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Nota Explicativa nº 1.2).

Em 31 de março de 2016, a composição do saldo da rubrica ajustes de avaliação patrimonial foi a seguinte:

	31/03/2016	31/12/2015
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	18.662	18.662
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III S.A.	(733)	(733)
Perdas Atuarial – Plano Assistencial	(7.827)	
Perdas Atuarial – Plano Previdenciário	(44.757)	
Outras Movimentações – Coligadas	68	68
Total	154.230	206.814

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.3 Resultado do período

Em 31 de março de 2016, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 5.707 (R\$ 57.160 de prejuízo, em 31 de março de 2015).

28.4 Reserva de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

28.5 Distribuição de dividendos

A política de dividendos da entidade consta no art. 9º do estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

I – Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.

II – Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O art. 10º do estatuto apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: “[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.”. Ainda, em parágrafo único, no mesmo artigo “[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.”. Finalmente, o art. 38 parágrafo 1º, tem a seguinte redação: “Será sempre assegurado às ações preferenciais classe B, [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias”.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada uma delas, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília – CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasileira de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

No primeiro trimestre de 2016, a receita operacional bruta registrada pelo fornecimento de energia elétrica e prestação de serviços com o Governo do Distrito Federal (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Estado de Governo e demais órgãos), totalizou R\$ 107.875, representando 11,4% da receita operacional bruta consolidada (R\$ 83.019 – 9,7% da receita operacional bruta consolidada, em 31 de março de 2015).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 31 de março de 2016 e em 31 de março de 2015 estão incluídas no quadro seguinte:

29.1 Demonstração de Resultado por Segmento de Negócio

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	535.862	573.881	4.127	3.857	31.145	32.660	9.605	8.948	(31.714)	(31.877)	549.025	587.469
Energia Elétrica comprada para Revenda	(375.322)	(414.755)	(112)	(419)	(13.356)	(16.616)	-	-	31.477	31.677	(357.313)	(400.113)
Encargos de uso da rede elétrica	(28.767)	(29.884)	(237)	(201)	(2.948)	(2.882)	-	-	237	201	(31.715)	(32.766)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(404.089)	(444.639)	(349)	(620)	(16.304)	(19.498)	-	-	31.714	31.878	(389.028)	(432.879)
Pessoal	(55.103)	(46.273)	(643)	(652)	(754)	(498)	(2.845)	(2.778)	-	-	(59.345)	(50.201)
Material	(124)	(973)	(15)	(3)	(1)	(3)	(43)	(65)	-	-	(183)	(1.044)
Serviço de Terceiros	(19.392)	(26.463)	(971)	(1.011)	(651)	(1.217)	(6.032)	(5.953)	-	-	(27.046)	(34.644)
Depreciação e Amortização	(9.849)	(11.299)	(92)	(88)	(1.649)	(1.651)	(110)	(124)	-	-	(11.700)	(13.162)
Provisões	5.853	(1.567)	-	(19)	-	(90)	(44)	-	-	-	5.809	(1.676)
Custo de Construção	(6.090)	(20.209)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.090)	(20.209)
(Prov. Estimada) Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(15.633)	(11.932)	-	-	-	-	(5.006)	(204)	-	-	(20.639)	(12.136)
Arrendamento	-	-	-	-	(13.648)	(10.463)	-	-	-	-	(13.648)	(10.463)
Outras	(8.748)	(2.764)	(13)	(282)	78	(1.662)	(1.106)	(924)	-	-	(9.789)	(5.632)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(109.086)	(121.480)	(1.734)	(2.055)	(16.625)	(15.584)	(15.186)	(10.048)	-	-	(142.631)	(149.167)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	5.652	3.233	10.535	(56.712)	(10.541)	55.832	5.646	2.353
RESULTADO BRUTO	22.687	7.762	2.044	1.182	3.868	811	4.954	(57.812)	(10.541)	55.833	23.012	7.776
Receita Financeira	32.146	15.673	242	214	1.831	1.064	635	174	-	(140)	34.854	16.985
Despesa Financeira	(45.517)	(57.849)	(20)	(16)	(3.068)	(395)	(58)	(17)	-	140	(48.663)	(58.137)
RESULTADO FINANCEIRO	(13.371)	(42.176)	222	198	(1.237)	669	577	157	-	-	(13.809)	(41.152)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	9.316	(34.414)	2.266	1.380	2.631	1.480	5.531	(57.655)	(10.541)	55.833	9.203	(33.376)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(13.597)	-	(217)	(192)	(292)	(1.243)	-	331	-	-	(14.106)	(1.104)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	9.065	(23.309)	-	-	1.690	1.142	-	-	-	-	10.755	(22.167)
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	4.784	(57.723)	2.049	1.188	4.029	1.379	5.531	(57.324)	(10.541)	55.833	5.852	(56.647)
Atribuível ao Acionista Controlador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.707
Atribuível aos Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145	513

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Receita Operacional Líquida	535.862	(414.755)	4.127	3.857	31.145	32.661	9.605	8.948	-	-	580.740	619.347
Receita entre Segmentos	(236)	(201)	-	-	(31.477)	(31.677)	-	-	-	-	(31.713)	(31.878)
Receitas com Clientes Externos	535.626	(414.956)	4.127	3.857	(332)	984	9.605	8.948	-	-	549.027	587.469

30. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

30.1 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Fornecimento de Energia Elétrica			863.386	627.677
Energia de Curto Prazo			72.281	112.870
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(37.147)	56.141
Receita de Construção			6.090	20.209
Aporte de Recursos da CDE			9.699	11.880
Receita de Prestação de Serviços	9.732	9.137	9.898	9.413
Suprimento de Energia			8.247	7.672
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			6.127	6.553
Arrendamento e Aluguéis			6.863	5.399
Receita de Venda de Gás			1.387	1.047

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Outras Receitas			519	433
Receita Operacional Bruta	9.732	9.137	947.350	859.294
Impostos	(196)	(169)	(177.559)	(121.628)
Contribuições	(899)	(845)	(94.172)	(81.374)
Encargos do Consumidor			(126.472)	(68.818)
Descontos Incondicionais			(122)	(5)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.095)	(1.014)	(398.325)	(271.825)
Receita Operacional Líquida	8.637	8.123	549.025	587.469

30.1.1 Aporte de recursos da CDE

A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste tarifário anual das distribuidoras.

No primeiro trimestre de 2016, os aportes de CDE totalizaram R\$ 9.699 (R\$ 11.880 no 1T2015), referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Tais aportes seguiram o que está previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto nº 7.945/2013 (Nota Explicativa nº 9).

30.1.2 Encargos do Consumidor

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás no ano de 2015, no montante de R\$ 391.473. Esses valores foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a qual estabeleceu o repasse desses custos às unidades consumidoras vinculadas à CEB Distribuição S.A..

No primeiro trimestre de 2016 os valores reconhecidos pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás totalizaram R\$ 106.303, correspondente a R\$ 10.362 de quotas da CDE Energia; R\$ 59.024 CDE Uso; e R\$ 36.917 CDE-ACR.

Os valores de CDE Energia e CDE Uso foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A.. Os montantes da conta CDE-ACR foram homologados por meio da Resolução Homologatória nº 1.863/2015.

30.1.3 Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é responsável pela gestão da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os valores disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

considerando: (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, os valores adicionados à tarifa de energia pelas bandeiras amarelas e vermelhas foram de R\$ 15,00/MWh e R\$ 30,00/MWh, respectivamente. A partir de 2 de março de 2015, os valores adicionados passaram a ser de R\$ 25,00/MWh e de R\$ 55,00/MWh, respectivamente.

Em 28 de agosto de 2015, a bandeira tarifária vermelha foi reduzida de R\$ 5,50 para R\$ 4,50, a cada 100 kWh consumidos. A partir de 1º de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 e R\$ 4,50, aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos; e a bandeira amarela teve seu valor reduzido e passou de R\$ 2,50 a R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh (e suas frações). Dessa forma, a controlada CEB D registrou os seguintes montantes:

Competência	Receita Faturada	Repassé à CCRTB	Valor de cobertura de custos da Companhia	Despachos ANEEL
jan/16	22.729	(8)	22.721	529/2016
fev/16	18.482	(10)	18.472	797/2016
mar/16	11.797		11.797	-
Total	53.008	(18)	52.991	

Em outubro de 2015, a ANEEL emitiu o despacho nº 3.887/2015, no qual alterou a metodologia de cálculo das bandeiras tarifárias. Desta forma, os saldos positivos na conta passaram a ser rateados entre as concessionárias. Esta nova metodologia gerou para a CEB Distribuição S.A. um repasse no montante de R\$ 38.005, que somado aos R\$ 24.321, compôs a cobertura de custos do referido mês.

30.2 Custo com serviço de energia elétrica

	Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(267.606)	(303.040)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	(89.403)	(97.073)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(31.715)	(32.766)
Repactuação do Risco Hidrológico	(304)	
Total	(389.028)	(432.879)

30.3 Custos e despesas operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal e Administradores	(2.719)	(2.729)	(59.345)	(48.209)
Serviço de Terceiros	(6.012)	(5.846)	(27.046)	(34.632)
Custo de Construção – concessão (a)			(6.090)	(20.209)
Depreciação e Amortização	(41)	(56)	(11.700)	(13.161)
(Provisão) Estimada / Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(5.006)	(204)	(20.638)	(12.136)
Arrendamento			(13.648)	(10.463)
Entidade de Previdência Privada				(1.992)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos				(1.599)
Material	(41)	(64)	(185)	(1.044)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica				(789)
Propaganda e Publicidade				(114)
Outras Despesas	(146)	(150)	(6.280)	(5.086)
Total	(13.966)	(9.049)	(144.932)	(149.434)
Classificados como:				

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Custo da Operação			(65.787)	(76.316)
Custo dos Serviços Prestados	(6.357)	(6.435)	(5.333)	(6.066)
Despesas com Vendas	(5.006)	(204)	(38.670)	(29.350)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.604)	(2.410)	(35.142)	(37.702)

(a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- A atividade fim é a distribuição de energia elétrica;
- Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

30.4 Outras receitas/(despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			8.705	8.104
Ressarcimento das CCEARs				968
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			3.989	4.973
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			10.860	1.342
Ganho na Baixa de Bens			-	(48)
Outras Receitas			237	12
Subtotal			23.791	15.351
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(8.441)	(8.859)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(63)		(5.378)	(2.160)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(7.711)	(3.710)
Multas ANEEL			-	(252)
Outras Despesas	(8)		37	(103)
Subtotal	(71)		(21.493)	(15.084)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(71)		2.298	267

(a) Inclui o valor da reversão do plano assistencial – FACEB, no valor de R\$ 90.712, devido à inconstitucionalidade das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003 (Nota Explicativa nº 1.2).

(b) Decorre de participação dos empregados no resultado atribuído pela CEB Distribuição S.A., em função do Acordo Coletivo de Trabalho.

30.5 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias sobre Ativos	278	65	4.266	3.740
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			14.152	8.810
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			6.211	2.922
Rendimentos de Aplicações Financeiras	119	97	2.184	1.015
Multas e Penalidades Aplicadas			141	189
Receita de Dividendos	43		101	
Tributos Sobre Receita Financeira			(792)	
Outas Receitas Financeiras	190	2	511	309

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Subtotal	630	164	26.774	16.985
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias sobre Passivos	(14)	(10)	(20.891)	(22.754)
Encargos de Dívidas			(15.142)	(10.367)
Atualização de Benefício Pós-Emprego				(698)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios			(7.748)	(589)
Outras Despesas Financeiras	(44)	(7)	(4.882)	(1.972)
Subtotal	(58)	(17)	(48.663)	(36.380)
Varição Cambial, Líquida			8.081	(21.757)
Resultado Financeiro	572	147	(13.808)	(41.152)

31. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.

31.1 Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

31.2 Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	31/03/2016	31/03/2015
Lucro/Prejuízo Atribuível aos Acionistas da Companhia	5.707	(57.160)
Lucro/Prejuízo Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	2.844	(28.483)
Lucro/Prejuízo Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	2.863	(28.677)
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7.184	4.576
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	7.232	4.607
Lucro/Prejuízo por Ação – R\$:		
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	0,3959	(6,2245)
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	0,3959	(6,2245)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

32.1 Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

32.2 Remuneração do pessoal-chave da administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Remuneração	224	239	1.128	924
Demais Benefícios de Curto Prazo	64	63	137	184
Total	288	302	1.265	1.108

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

32.3 Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

32.3.1 Operações da controladora com suas controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		31/03/2016	31/03/2015
Ativo		19.541	22.970
Contas a Receber, Líquida da PCLD		10.266	10.008
Governo do Distrito Federal	a	10.266	10.008
Demais Ativos		9.275	12.962
Dividendos/JSCP	b	9.091	12.778
CEB Participações S.A		444	
CEB Geração S.A		1.432	
CEB Lajeado S.A.		6.655	12.317
Energética Corumbá III S.A.		560	461
Outras Operações		184	184
CEB Distribuição S.A.	c	184	184
Passivo		20.320	19.555
Dividendos		18.623	18.623
Governo do Distrito Federal	d	18.623	18.623
Demais Obrigações		1.697	932
CEB Distribuição S.A.	e	1.530	765
CEB Distribuição S.A.	f	167	167

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/03/2016	31/03/2015
Receitas		9.731	9.137
Receita de Prestação de Serviços		9.731	9.137
Governo do Distrito Federal	g	9.731	9.137
Despesas		5.006	204
Provisão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		5.006	204
Governo do Distrito Federal	h	5.006	204

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das controladas;

c) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D, que serão repassados através de encontro de contas à CEB;

d) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

e) A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

f) Refere-se a valores a pagar de depósitos de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB, que serão repassados, através de encontro de contas, à CEB D;

g) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Em 31 de março de 2016 o valor faturado destes serviços totalizou R\$ 9.731 (R\$ 9.137 em 31 de março de 2015), apresentando margem líquida média por contrato de 6,7%; e

h) Trata-se de reconhecimento de Perdas Estimadas Com Crédito Liquidação Dúvidosa – PECLD de faturas com o Governo do Distrito Federal – GDF.

32.3.2 Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

32.3.3

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015
Ativo			91.786
Contas a Receber, Liquida da PCLD			84.590
Corumbá Concessões S.A.	a	244	244
Energética Corumbá III S.A.	a	65	65
Governo do Distrito Federal	b	108.013	84.281
Demais Ativos			7.196
Dividendos/JSCP	c		6.610
Energética Corumbá III S.A.		560	559
Investco S.A.		4.808	6.051
Outras Operações			586
Governo do Distrito Federal	d		586

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015
Passivo			282.079
Fornecedores			18.261
Corumbá Concessões S.A.	e	12.416	12.399
Energética Corumbá III S.A.	e	3.427	5.862
Contribuição de Iluminação Pública			245.195
Governo do Distrito Federal	f	267.082	245.195
Dividendos			18.623
Governo do Distrito Federal	g	18.623	18.623

	Notas	31/03/2016	31/03/2015
Receitas		118.537	84.000
Receita de Comercialização de Energia	h	931	981
Corumbá Concessões S.A.		737	804
Energética Corumbá III S.A.		195	177
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		117.606	83.019
Governo do Distrito Federal	i	117.606	83.019
Despesas		56.968	47.039
Energia Comprada Para Revenda	j	47.344	44.055
Corumbá Concessões S.A.		37.151	34.958
Energética Corumbá III S.A.		10.192	9.097
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa		9.624	2.984
Governo do Distrito Federal	K	9.624	2.984

a) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestado ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas;

d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

e) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 07 de julho de 2045, conforme prorrogação da concessão da CEB D. Os valores das tarifas praticadas em 31 de março de 2016 para estes contratos são R\$ 219,58 MWh e R\$ 228,86 MWh, respectivamente, atualizados pelo IGP-M;

f) A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF. Em 31 de março de 2016, o montante a repassar ao GDF era de R\$ 267.082, atualizado pelo INPC;

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador com data de pagamento para 30 de abril de 2016, conforme Ofício nº 889/2013-GAB/SEF;

h) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

i) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) e do fornecimento de energia elétrica ao Governo do Distrito Federal – GDF. O serviço de fornecimento de energia elétrica apresentou um montante de R\$ 107.875 (R\$ 73.882, em 31 de março de 2015), que é cobrado de acordo com a tarifa homologada pela ANEEL. Para os serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública, os valores são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Estes serviços totalizaram o montante de R\$ 9.731 (R\$ 9.137, em 31 de março de 2015), apresentando margem líquida média por contrato de 6,7%;

j) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A., com prazos de vigência até 07 de julho de 2045, conforme prorrogação da concessão. Os valores das tarifas praticadas em 31 de março de 2016 para estes contratos são R\$ 219,58 MWh e R\$ 228,86 MWh, respectivamente, e são atualizados pelo IGP-M; e

k) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, de créditos vencidos há mais de 360 dias, cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D, no montante de R\$ 4.618, e serviços de manutenção e obras de iluminação pública prestados pela CEB, no valor de R\$ 5.006.

Operações com a FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB. Vide detalhes das transações na Nota Explicativa nº 25.

32.4 Acordo de cooperação técnica

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378, autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal – GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o *Data Center* da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos recíprocos.

33. SEGUROS

Em 30 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da CEB D incluía danos materiais, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, estão cobertos até 30 de dezembro de 2016, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.436 e a importância segurada de R\$ 528.053.

Os bens das usinas UHE Luís Eduardo Magalhães, UHE Queimado, UHE Corumbá III e UHE Corumbá IV, também estão devidamente segurados.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	5.707	64.746	9.201	148.212
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período				
Depreciação e Amortização	41	90	11.701	54.467
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.536)	(93.069)	(5.646)	2.213
Receita de Construção			(6.090)	(82.781)
Custo de Construção - Concessão			6.090	82.781
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível		(76)		10.536
Reversão do Plano Assistencial – FACEB				(90.712)
Encargos da Dívida			8.110	59.848
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável				(53.882)
Perda com Pessoal Cedido				50
Ajuste a Valor Presente			1	8
Atualização Monetária – Aplicações Financeiras				(415)
Atualização Monetária – Dividendos		(380)		296
Atualização Monetária – Mútuo	(190)	(753)		
Dividendos Prescritos				
Atualização Monetária – Contribuição de Iluminação Pública			7.244	20.570
Custo de Transação com Empréstimos				441
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	19	113	(5.194)	(5.736)
Dividendos Recebidos – Custo				
	(10.666)	(94.075)	16.216	(2.316)
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	(258)	46.051	3.549	(119.571)
Estoques	2	605	(283)	12.533
Aplicações Financeiras	1			
Depósitos e Bloqueios Judiciais		3.829	(955)	10.740
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros			89.081	(338.626)
Tributos e Contribuições Compensáveis	763	(374)	(5.524)	1.048
Demais Créditos	78	(164)	(19.266)	(2.785)
	586	49.947	66.602	(436.661)
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	2.780	(5.644)	(3.533)	(118.787)
Obrigações Tributárias	(910)	(331)	(24.569)	108.009
Contribuição de Iluminação Pública			14.710	11.522
Encargos Regulatórios			11.491	113.939
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(58)	(155)	(228)	3.656
Obrigações Societárias				(866)
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(62.419)	70.725
Benefícios Pós-Emprego			(9.161)	12.482
Obrigações Vinculadas a Concessão			2.329	89.706
Demais Obrigações	296	90	4.571	1.854
	2.108	(6.040)	(66.809)	292.240
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	6.131	23.563		27.311
Juros Recebidos – Mútuo		753		
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social				(4.575)
Pagamento de Encargos da Dívida			(9.570)	(48.125)
Pagamento de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais		(62)		(62)
	6.131	24.254	(9.570)	(25.451)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	3.866	38.832	15.640	(23.976)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasília, 12 de maio de 2016.

ARI JOAQUIM DA SILVA

Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA

MACHADO

Diretor Técnico

HAMILTON CARLOS NAVES

**Diretor de Regulação e Planejamento
Estratégico**

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

**Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores**

THIAGO CAVALCANTE SANTOS

Contador

CRC – DF 022977/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Brasília S.A.
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº1.5.1.1(ii). As informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº19 a), a Controlada direta CEB Distribuição S.A., possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$127.303 mil, referente aos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. No exercício de 2014, a Administração da Companhia desenvolveu estudo jurídico interno que concluiu sobre a prescrição de tais valores, no entanto, o parecer jurídico orientou consulta prévia ao órgão regulador (ANEEL) antes que fosse procedida a baixa contábil. A Administração formalizou a consulta prévia ao órgão regulador e em 02 de Fevereiro de 2015, a ANEEL informou em resposta a esta consulta que a Concessionária deveria manter nos seus registros contábeis o referido passivo, para posterior consideração pela Agência Reguladora na modicidade tarifária, fato este que não ocorreu no referido reajuste. Adicionalmente, a ANEEL emitiu documento em 25 de agosto de 2015, instruindo processo específico para este assunto cujo resultado deve ser considerado no processo tarifário de 2016. Nossa opinião não possui modificação relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa

revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, utilizadas para fins de comparação, foram auditadas por nós e emitimos relatório em 18 de março de 2016 sem modificação e com as mesmas ênfases mencionadas acima. As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2015, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram revisadas por nós e emitimos relatório em 13 de maio de 2015 sem modificação e com ênfases quanto aos mesmos assuntos mencionados acima relacionadas a: i) histórico de deficiência no capital de giro da Controlada CEB Distribuição S.A; e ii) risco de continuidade da controlada Companhia Brasileira de Gás- CEBGÁS, devidamente divulgada na nota explicativa nº1.5.1.5.

Brasília, 13 de maio de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao 1º trimestre de 2016.

ARI JOAQUIM DA SILVA
Diretor-Presidente

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA
Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relações com Investidores

HAMILTON CARLOS NAVES
Diretor de Regulação e
Planejamento Estratégico

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico